



**CNE**  
CONSELHO  
NACIONAL DE  
EDUCAÇÃO

# RELATÓRIO TÉCNICO

*A voz das crianças e dos  
jovens na educação*

**Assessoria técnica**

Ana Rodrigues  
Carmo Gregório  
Conceição Gonçalves

MARÇO DE 2021

Título: A Voz das crianças e dos jovens na educação [Relatório Técnico]

Autoras: Ana Rodrigues, Carmo Gregório, Conceição Gonçalves

Direção: Maria Emília Brederode Santos, Presidente do Conselho Nacional de Educação

Coordenação: Manuel Miguéns, Secretário-Geral do Conselho Nacional de Educação

Editor: Conselho Nacional de Educação (CNE)

Coleção: Estudos e Relatórios

Capa: B2 Atelier de Design, Lda.

Edição Eletrónica: março de 2021

ISBN: 978-989-8841-36-0

© CNE – Conselho Nacional de Educação

Rua Florbela Espanca – 1700-195 Lisboa

Telefone: 217 935 245 Fax: 217 979 093

Endereço eletrónico: [cnedu@cnedu.pt](mailto:cnedu@cnedu.pt)

Sítio: [www.cnedu.pt](http://www.cnedu.pt)

---

Introdução	1
1. Definições e delimitação da abordagem da voz	1
2. A voz nas publicações internacionais	5
3. A voz em diferentes contextos educativos	13
A voz das crianças e dos jovens na pedagogia	13
A voz das crianças e dos jovens nas estruturas escolares	20
A voz das crianças e dos jovens na comunidade	21
4. Posições do CNE	23
5. Síntese das audições	26
6. Considerações finais	36
Bibliografia	41
Anexo 1. Referências à voz dos alunos nas Aprendizagens Essenciais	45
Anexo 2. Dispositivos de participação dos alunos da Escola da Ponte	46
Anexo 3. Enquadramento legislativo da participação das crianças e dos jovens na educação	47

---

## Introdução

O presente relatório parte dos diferentes sentidos que se podem associar à “voz” para delimitar o âmbito da abordagem da palavra das crianças e dos jovens em educação.

Partindo do geral para o particular, começa por percorrer um conjunto de publicações internacionais que abordam a centralidade da voz em diferentes contextos: nas políticas educativas, na prática pedagógica e nos espaços de representatividade.

No capítulo seguinte, descrevem-se práticas, projetos e organizações em que a voz das crianças e dos jovens é considerada nos contextos educativos: da pedagogia, das estruturas escolares ou da comunidade.

Referem-se depois os Pareceres e Recomendações emitidos pelo CNE que sustentam a adoção de medidas destinadas a promover a participação de crianças e jovens, quer nos ensinos básico e secundário, quer no ensino superior.

Por fim, apresenta-se uma síntese das opiniões de um conjunto de entidades que foram convidadas a expressar-se sobre a temática em apreço, no âmbito da Recomendação sobre “A voz das crianças e dos jovens na Educação”.

## 1. Definições e delimitação da abordagem da voz

Voz. Ter voz. O que cabe na palavra voz em “a Voz das crianças e dos jovens na educação”, ou “a voz dos alunos”. As significações de voz no discurso são variadas. No contexto de “a voz das crianças e dos jovens” uma das conotações utilizadas é a possibilidade, o direito a falar, a manifestar-se, i.e., de poder usar a voz. Outra conotação é o poder de influenciar as decisões; ou seja, a voz atendida, ouvida. A voz pode também ser o que se afirma, o conteúdo da fala.

Thomson (2011) define a voz das crianças e dos jovens, enquanto alunos, como direito, acesso à decisão e participação ativa:

*'student voice' [is] the right for learners to express opinions, access people who influence decisions and exercise active participation in educational decision-making process.*

Lundy (2007, citado por Bron & van der Laan, 2019) estabelece quatro aspetos da voz dos alunos por referência ao artigo 12º da Convenção dos Direitos da Criança, que ajudam a delimitar o conceito, e ao mesmo tempo reforçam a multiplicidade da sua significação:

- . *Space: children must be given the opportunity to express a view;*
- . *Voice: children must be facilitated to express their views;*
- . *Audience: the view must be listened to;*
- . *Influence: the view must be acted upon, as appropriate.*

A “Voz do aluno” também identifica uma forma de pensar que evidencia o reposicionamento na educação, na investigação educacional ou nas reformas educativas (Cook-Sather, 2006, p. 383; citado por Bron & van der Laan, 2019):

*'student voice' is internationally used to indicate a way of thinking that strives to repositioning students in educational research and reform. The way of thinking is premised on the following convictions: young people have unique perspectives on learning, teaching and schooling, that their insights warrant not only*

*the attention but also the responses of adults: and that they should be afforded opportunities to actively shape their education.*

Assim, a voz das crianças e dos jovens na educação, no âmbito deste relatório, é observada tendo em conta as conotações seguintes:

**Direito** que as crianças e os jovens têm de usar a sua voz – direitos decretados, possibilidades formais e não formais de usar a voz;

**Impacto** da voz das crianças e dos jovens – audiência que oiça as suas perspetivas, retorno (*feedback*) e efeitos das suas perspetivas na decisão;

**Conteúdo** da voz das crianças e dos jovens – o que dizem, sobre o que falam.

## Direito

O reconhecimento de que as crianças devem ser ouvidas é um dos direitos assegurados pela Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança, adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em 20 de novembro de 1989, e ratificada pelo Estado Português, em 21 de Setembro de 1990. O seu artigo 12º afirma que uma das prerrogativas das crianças é exprimir livremente a sua opinião sobre as questões que as afetam e de ver essa opinião ser tomada em consideração. Deste modo, a Convenção releva a participação como um dos princípios orientadores e reconhece o papel que as crianças podem ter na tomada de decisões que lhes dizem respeito, na partilha de opiniões e na participação enquanto cidadãos e agentes de mudança (UNICEF, 2017). Atualmente, ouvir as crianças não é, portanto, uma concessão extraordinária, mas sim o atendimento de um direito (Cruz & Martins, 2017).

## Impacto

O impacto da voz das crianças e dos jovens em educação é dado pela extensão em que esta é escutada e tida em consideração, nomeadamente, nas decisões que são tomadas. Ouvir a voz das crianças e dos jovens, no caso dito como “ouvir a voz dos alunos”, pode ser entendido no plano individual ou grupal. No primeiro, refere-se ao facto de um professor ouvir o seu aluno; no segundo, refere-se à medida da atenção dada pelo sistema (escolar ou educativo) como um todo à mensagem veiculada pela população dos alunos, sobre qualidade, interesses e métodos (OECD, 2006). Em qualquer dos planos, o que está em causa é o efeito que a voz tem, ou pode ter, no nível da pedagogia, da representatividade ou do sistema educativo (Cf. secção 3 do presente relatório).

O impacto da voz dos alunos remete ainda para o seu empoderamento. As crianças e os jovens, tal como os adultos, de um modo geral sentem-se mais motivados para fazer uma coisa ou envolver-se numa atividade se sentirem que têm voz (Holcar Brunauer, 2019). Este é um sentimento de poder: o ter voz permite-lhes influenciar o resultado.

Na aprendizagem, o empoderamento também pode ser um instrumento de sucesso, porquanto a investigação tem mostrado inúmeros exemplos de que quanto mais os docentes dão aos seus alunos a possibilidade de escolher, o controlo, desafios, oportunidades de colaboração, mais provável é conseguirem que a motivação e o empenho das crianças e dos jovens aumente (Toshalis & Nakkula, 2012).

Poder significa ainda responsabilidade. Responsabilidade ao tomar o processo de aprendizagem nas próprias mãos; e ao intervir em espaços de representatividade em nome de outros.

## Conteúdo

As crianças e os jovens usam a voz na educação para expressar a sua visão sobre o que aprendem, o que gostariam de aprender, como aprendem melhor e como os seus professores os ensinam. Falam, portanto, da sua aprendizagem, referindo-se ao currículo e às metodologias de ensino.

Falam também sobre o funcionamento das instituições de educação e ensino. Sobre como estas satisfazem, respeitam ou contemplam as suas necessidades. Apresentam propostas que melhorem o funcionamento dessas instituições.

Falam do seu bem-estar, pedem ajuda. Protestam e contestam. Propõem.

## Argumentos, limitações e dificuldades da voz

Os argumentos favoráveis a que as crianças e os jovens tenham voz são de natureza diversa (Bron & van der Laan, 2019):

- *Normativos* – as crianças e os jovens têm direito a ter voz em assuntos que lhes dizem respeito.
- *Do desenvolvimento* – as crianças e os jovens estão preparados, do ponto de vista do seu desenvolvimento, para participar, até porque frequentemente assumem mais responsabilidades e têm maior autonomia fora da escola do que as que lhes são permitidas na escola.
- *Políticos* – incentivar os alunos a participar na sua educação altera o paradigma do poder, porque proporciona oportunidades de falar às vozes que são frequentemente marginalizadas e de escutar e ouvir aqueles que detêm habitualmente posições de poder.
- *Educativos* – a participação em processos de negociação e de decisão tem benefícios educativos, porquanto contribui para o desenvolvimento da cidadania e das competências do século XXI.
- *Da relevância* – envolver os alunos na sua educação aumenta a relevância dessa educação para os próprios.

Limitações à voz das crianças e dos jovens, no caso enquanto alunos. Uma é a restrição dos conteúdos sobre os quais lhes é concedido expressarem-se, outra é o formato de participação assentar na representatividade e a terceira é a falta de *feedback*:

*The first is that students are only allowed to influence rather safe issues such as school decorations, lunch choices or school outings.*

*The second is that voice is limited to a form of 'representation' where a few engaged students are invited to participate and are regarded as speaking the voice of all students. In this situation, critical voices or marginalized students can be left out.*

*A third limitation is the risk of tokenism (see tool participation ladder): students are not really listened to in the sense that something will be done with their input or suggestions or no clear feedback of what is being done with the student voice is given.*

(Bron & van der Laan, 2019).

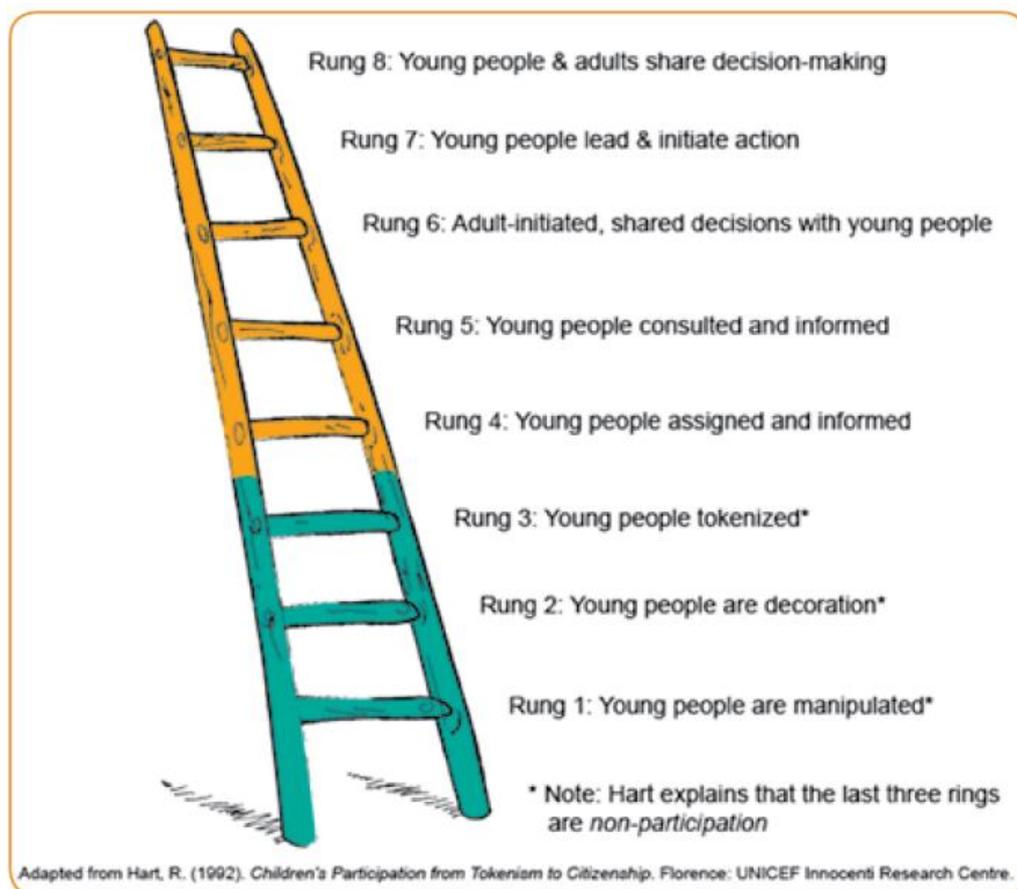
O direito das crianças e dos jovens à voz é por vezes cerceado por dificuldades que, normalmente, compete ao adulto superar para ouvir as crianças. Um aspeto é o da flexibilidade para escutar e acolher as diferentes formas de linguagem e narrativas das crianças (Cf. Campos-Ramos & Barbato, 2014), mas outras dificuldades se colocam à manifestação e consideração da voz das crianças (Cruz & Martins, 2017):

- lidar com uma relação entre sujeitos que ocupam posições desiguais;
- superar o adulto-centrismo dominante;

- proporcionar a expressão das crianças através das suas múltiplas linguagens;
- considerar com o necessário respeito a autonomia das crianças e as decorrências da sua situação legal de dependência dos seus responsáveis;
- estabelecer relações de confiança que permitam às crianças fazer pedidos e esclarecimentos e expressar desejos, inclusive o de interromper a sua participação na pesquisa.

### Usar a voz

A participação como uso da voz. A escada de participação criada por Hart (1992) é frequentemente utilizada para indicar níveis de participação na decisão por parte das crianças. A escala começa com um envolvimento e influência mínimos na decisão e vai subindo no sentido de um maior envolvimento das crianças. São oito níveis em que os três primeiros são de “não participação” (a verde) e o último corresponde à partilha da decisão entre criança e adulto (Cf. Figura 1).



**Figura 1.** Escada de participação das crianças na decisão Hart (representação adaptada a partir de Bron & van der Laan, 2019)

A escada pode ajudar a compreender o nível de envolvimento das crianças, por exemplo, nas decisões sobre o currículo, na seleção das atividades, ou na realização de um projeto.

1. **Manipulação:** este conceito descreve situações onde as crianças não entendem os problemas que surgem, mas são treinadas por adultos para participar num projeto.
2. **Decoração:** esta noção aplica-se às ocasiões frequentes em que as crianças recebem *T-shirts* durante uma manifestação por uma certa causa; as crianças cantam e dançam, mas têm uma ideia muito vaga do que se passa e não participam na organização da manifestação.

3. **Política de pura forma:** quando as crianças parecem ter voz, mas na verdade têm pouca ou nenhuma escolha sobre o que fazer ou como participar (*Tokenismo*). Esta noção descreve situações em que as crianças aparentemente têm a palavra, mas na verdade não puderam escolher o assunto do debate ou o modo de comunicação e onde têm apenas uma oportunidade limitada, quando existe, para expressar as suas opiniões.

4. **Designadas, mas informadas:** é aqui que as crianças recebem uma função específica e são informadas sobre como e por que são envolvidas. Este degrau da escada pode ser personificado por comités de jovens da comunidade. Neste nível, as crianças entendem os objetivos do projeto em que estão a participar. Elas desempenham um papel real (e não decorativo).

5. **Consultadas e informadas:** o projeto é elaborado e liderado por adultos, mas as crianças entendem o processo e as suas opiniões são levadas a sério. Esse degrau da escada pode ser incorporado por conselhos consultivos de jovens.

6. **Projeto iniciado por adultos, decisões tomadas de acordo com as crianças:** como o título sugere, o projeto é iniciado por adultos, mas as decisões são tomadas com consulta das crianças. Embora a maioria dos projetos comunitários se destine a ser compartilhada por todos, eles devem, no entanto, ao chegar à população em geral, dar atenção especial aos jovens, aos idosos e àqueles que são suscetíveis de serem excluídos por causa de suas necessidades especiais ou incapacidade.

7. **Projetos iniciados e dirigidos por crianças:** esta etapa é quando as crianças ou os jovens iniciam e dirigem um projeto ou programa. Os adultos estão envolvidos apenas num papel de apoio. Este degrau da escada pode ser personificado pelo ativismo liderado por jovens.

8. **Projeto iniciado por crianças, decisões tomadas com os adultos:** isto acontece quando projetos ou programas são iniciados por crianças ou jovens e a tomada de decisão é compartilhada entre estes e os adultos. Esses projetos capacitam as crianças e os jovens e, ao mesmo tempo, permitem que eles aprendam com a experiência de vida e os conhecimentos dos adultos. Este degrau da escada pode ser incorporado por parcerias de jovens / adultos.

### Aprender a usar a voz

As competências da comunicação, o domínio da intencionalidade do discurso ou da argumentação podem facilitar o uso da voz e valorizar o seu conteúdo. Nos ensinos básico e secundário, são várias as áreas disciplinares e disciplinas que consideram a formulação de opinião com base em critérios fundamentados, a intervenção em debates ou o diálogo argumentativo como aprendizagens essenciais. Intenção e oportunidade para as crianças e os jovens aprenderem a usar a voz fazem parte, portanto, do currículo nacional. No anexo 1, destacam-se algumas das referências mais pertinentes dos documentos que estabelecem as aprendizagens essenciais.

## 2. A voz nas publicações internacionais

A voz das crianças e dos jovens na educação é mencionada nas publicações internacionais no âmbito de três contextos abrangentes. Um é o da definição das políticas educativas, ou mais precisamente da consideração da voz das crianças e dos jovens nessas políticas, que está refletida, sobretudo, nas agendas governativas ou nas agendas de organizações internacionais que se debruçam sobre a educação, como a OCDE, a UNESCO. O outro contexto igualmente abrangente é o da investigação sobre pedagogia, em que a voz é analisada

como instrumento da aprendizagem. Um terceiro contexto é o dos espaços de representatividade, em que a voz das crianças e dos jovens é vista como forma de exercício da cidadania e de participação democrática.

Um quarto contexto é o dos métodos de investigação e, nesse caso, a voz das crianças e dos jovens é analisada enquanto fonte de informação na investigação, sendo apreciada quanto às suas potencialidades e limitações (Rosado & Campelo, 2011; Campos-Ramos & Barbato, 2014; Cruz & Martins, 2017; Draghici & Garnier, 2020). Neste relatório consideram-se os três primeiros contextos referidos.

### No contexto das políticas educativas – a importância atribuída à voz

A importância dada à voz das crianças e dos jovens enquanto alunos, antes do final da primeira década do século XXI, configurou o rumo das políticas seguidas em alguns sistemas educativos, mas as oportunidades de os alunos manifestarem a sua voz eram limitadas e variáveis conforme os sistemas educativos e a cultura de participação dos próprios países (Cf. Miliband, 2006; OCDE, 2006). Uma década depois, a importância da voz dos alunos manifesta-se nas políticas que têm por intenção garantir que a voz dos alunos é ouvida na sala de aula e não só (cf. Daly et al., 2019; Gamlem & Blikstad-Balas, 2019; Watson & Morgan, 2019; Brooman et al., 2015); que é ouvida na construção de quadros de referência que ajudam os professores a sustentar a participação dos alunos e a criar ambientes de aprendizagem baseados no diálogo, no intercâmbio pedagógico.

A agenda da personalização da aprendizagem tem como fundamento a voz, a par da escolha (Cf., Miliband, 2006; *Choice and voice in personalising learning*). A voz dos alunos, ouvida e usada para direcionar a melhoria da organização escolar (“*a school ethos focused on student needs*”); a voz como compromisso com a consecução de objetivos elevados; ou a voz como expressão de uma escolha, seja a do percurso escolar ou a da escola; todas estas são valências dadas à voz dos alunos na perspetiva da personalização da aprendizagem. Essa voz pode ainda ser importante para moldar a oferta, tanto como um meio de envolver os alunos na sua própria aprendizagem (co-produtores de educação), quanto como um meio para desenvolver as suas capacidades, utilizando a sua voz para ajudar a criar ofertas alternativas.

Ainda no contexto das políticas educativas, *What do students say?* é o centro de uma publicação (OCDE, 2006) que recorre à voz dos alunos, nos países da OCDE, para compreender as suas perceções e expectativas sobre a escolarização (educação básica e secundária), e também para perceber em que medida os jovens têm oportunidade de usar a voz a propósito da sua educação. A conclusão é a de que essas oportunidades são parcas e nem sempre eficazes:

*The opportunities for students to exercise their voice are in general limited and not always seen as effective. Students tend to regard being listened to and engaged in their lessons as the more important aspect of voice.* (OECD, 2006)

A intenção do estudo era ver em que medida os alunos têm voz para expressar as suas exigências no âmbito do processo educativo, e nesse sentido, adianta uma revisão da literatura, discutindo a percepção geral de “ter voz”, mas também as oportunidades formais específicas para expressar a voz. Dessa discussão são destacadas três conclusões (OECD, 2006):

- Os alunos não são muito exigentes quanto a terem mais voz; podem até ser considerados surpreendentemente complacentes. Assim sendo, tendencialmente, as suas reivindicações não são irrealistas, como poderiam ser se ameaçassem a natureza das instituições ou se fossem impossíveis de conceder.

- Embora as evidências do estudo não sustentem uma comparação rigorosa, os sistemas escolares parecem divergir quanto ao grau de prontidão para ouvir os alunos. Esta é uma questão de cultura geral dos sistemas escolares que é muito difícil de mudar rapidamente, tanto mais quanto diz respeito às práticas individualizadas das escolas e à sala de aula.
- Aceitando que o cerne da aprendizagem é o intercâmbio, e não a transmissão, é difícil concluir que os alunos estão realmente envolvidos na sua escolarização se não forem ouvidos.

De uma leitura mais aprofundada do estudo, ressalva-se ainda os seguintes aspetos (OECD, 2006):

*The opportunities for students to raise their voice are limited in almost all countries and where these opportunities exist they are not always seen as effective but depend on the commitment of the teachers, which differs widely.*

*When asked, many students do not wish to have a say over curriculum or the bigger issues of school policy but instead want a school culture where they are respected and they are listened to on issues that very directly concern them.*

*Rather than demanding greater choice they demand a more engaging education, which involves them more in whatever they are learning.*

A publicação *Student Voice in Education. CIDREE Yearbook 2019* (Holcar Brunauer, 2019) – é inteiramente dedicada à voz dos alunos na educação. Apresenta uma variedade de exemplos europeus de boas práticas em que é dada voz aos alunos e em que os alunos são escutados. Nuns casos, a propósito da organização de eventos escolares ou na constituição de equipas de mediação entre pares; noutros no contexto da aprendizagem formal e da avaliação. Lançado em 2019, o livro é apresentado como um argumento a favor da voz dos alunos na educação.

Os artigos distribuem-se por três níveis de consideração da voz dos alunos: o da pedagogia, o dos espaços de representação e o do sistema educativo. Destacam-se a seguir as experiências de alguns países referentes a este último nível, e que se enquadram no contexto das políticas educativas.

## **Irlanda**

A intenção política de assegurar que a voz dos alunos é central e clara, reflete-se numa alteração curricular que enfatiza a voz do aluno no processo de aprendizagem, no entanto, esta mudança implica uma alteração significativa das práticas dos docentes, que se perspetiva conseguir em contextos colaborativos de formação profissional:

*In Ireland, we are developing curricula which firmly place the learner at the centre and emphasise the value of learner voice as part of the learning process... children are valued as key partners in the learning process and adults are encouraged to listen to, and respond to the views of babies, toddlers and children.*

*The approach that is most likely to lead to enhanced learner voice is one where practitioners and teachers are encouraged to reflect on their own practice and take on small-scale developments related to enhancing learner voice and subsequently share their experience with other teachers in a collaborative context. Such professional learning in communities of practice is best supported at a local level with a supportive school leadership and a range of well-structured tools which allows early childhood practitioners and teachers to reflect on and implement changes to their pedagogy which is most appropriate to their local context.*

(cf. Daly *et al.*, 2019)

## Noruega

A Noruega debate-se com um paradoxo que opõe, de um lado, a forte importância atribuída tradicionalmente à voz dos alunos através da participação democrática e que também lhe é atribuída no currículo e na lei; do outro, a reduzida influência que os alunos conseguem ter na sala de aula, pois, na prática, a qualidade do discurso e as oportunidades de participação dos alunos são limitadas.

*(...) a rather long tradition of emphasising student voice from primary through secondary school and the first student council was established in the early 1900 century.*

*Norwegian curriculum renewal emphasizes student voice and an active student role in primary and secondary education.*

*Students' rights are regulated by law and give the students a possibility to get ownership of rules, activities and content in own school.*

*(...) classroom researches tend to show that the quality of classroom discourse and opportunity for student talk is limited... Students seldom report that they have high influence on choices in the classroom... and student perspectives seem to be a neglected aspect of the teaching and feedback dialogues.*

(Gamlem & Blikstad-Balas, 2019)

## Escócia

A participação dos alunos é um ponto forte da educação escocesa, presente sob várias formas, com resultados positivos nas suas aprendizagens. A mudança foi sustentada por apoio político robusto. As experiências para incentivar o envolvimento pleno das crianças na construção do seu currículo baseiam-se no questionamento, em competências da criatividade e numa *service design approach*.

*Scotland is proud of its journey from recognizing the importance of the learner voice to promoting effective learner participation across the education system and beyond.*

*Scotland's young people have increasing opportunities throughout their time in early learning, primary and secondary school, at college and in the community to have genuine participation in shaping their own learning, in developing the curriculum offer in their educational settings, and in shaping local and government policy.*

*The Scottish Government provides empowering guidance and training materials to strengthen learner participation to facilitate the growing excellent practice that is established and emerging across all educational sectors.*

*Curriculum for Excellence which will have a renewed emphasis on the four capacities, reinforcing the importance of learners being at the heart of education from ages 3-18.*

(Watson & Morgan, 2019)

## No contexto da prática pedagógica – o aluno no centro

*The student at the Center* é um lema em ascensão, ainda que não seja de todo novo<sup>1</sup>, que se reflete na emergência de *hubs* criados especificamente para dar visibilidade à ideia, disponibilizar materiais aos educadores e divulgar investigação; que se reflete também na emergência de investigação cujo enfoque é uma visão pedagógica que dá voz aos alunos, permitindo-lhes envolverem-se e participarem efetivamente na sua aprendizagem (Brunauer, 2019; Toshalis & Nakkula, 2012).

<sup>1</sup> Durante as duas últimas décadas do século XX surgiram e consolidaram-se experiências que assentaram nesta perspetiva pedagógica (Cf. Escola da Ponte, Movimento da Escola Moderna, citando apenas exemplos em Portugal e sobejamente conhecidos).

Neste contexto, foram identificados estudos que documentam experiências pedagógicas de abrangência variada em que a voz do aluno é mobilizada, por exemplo, na consciencialização dos seus próprios processos cognitivos, em exercícios metacognitivos no campo das artes visuais (Ruppin, Safadi-Katouzian & Zaragori, 2019), ou em que um modelo de avaliação formativa é utilizado para promover e aumentar a voz dos alunos; incluindo-se no modelo os elementos que os autores consideram essenciais para o “florescimento” da voz dos alunos na sala de aula – *Learning intentions and success criteria; Self assessment, peer assessment; Effective questioning; Evidence of learning; Formative Feedback* (Szabó, Kákonyi & Eőri, 2019).

Em qualquer desses estudos é notado que os efeitos – empoderamento, motivação, envolvimento e sucesso – dependem em grande parte, se não totalmente, das estratégias e da capacidade do professor para efetivamente e eficientemente considerar a voz dos alunos. Salientam, a esse propósito, a consequente transformação do papel do professor:

*The role of the teacher changes from presenting knowledge to promoting dialogue, from an "expert" to a "facilitator".* (Szabó, Kákonyi & Eőri, 2019)

*During the lessons, teachers had to take more of a coaching role and let things develop within the groups of students. This change of roles proved difficult for some of the teachers who wanted to have control of what the students were doing and what directions their thoughts were taking.* (Bron & van der Laan, 2019)

*The current emphasis on the role of the teacher in improving the quality of education makes ownership by teachers even more relevant: do we see a role for the teacher in adapting aspects of teaching, the curriculum or assessment? And can teachers accommodate different needs of students that become apparent through student voice?* (Bron & van der Laan, 2019)

Ainda a propósito do contributo do professor para que o aluno tenha voz, aprenda a usar a sua voz, um dos estudos descreve e avalia um modelo de desenvolvimento profissional dos docentes baseado na reflexão e na prática, que os leva a experienciar um processo de formação que utiliza a sua voz enquanto sujeitos de aprendizagem e que os ajuda a perceber como favorecer a voz, a motivação e a aprendizagem dos seus alunos (Larsson, Fernández & Lundgren, 2019).

Continuando no contexto prática pedagógica, a investigação sobre a voz das crianças e dos jovens releva o papel do currículo, abordando-o em diversas frentes: a voz dos alunos como voz modeladora do currículo e os instrumentos que facilitam a negociação do currículo (Bron & Lann, 2019), o confronto entre a definição centralizada do currículo e a valorização da voz dos alunos na sala de aula (Szabó, Kákonyi & Eőri, 2019), ou a especificidade da utilização da voz dos alunos na aprendizagem de certas áreas disciplinares.

*The intentions of the students and the teacher meet in a negotiation about the curriculum. Out of the decisions made in this negotiation follows the operational curriculum leading to learning: the attained curriculum.* (Bron & van der Laan, 2019)

*The tool for the curriculum negotiation method ... has been used in secondary schools, and at a later stage, also in primary schools in the Netherlands. One of the key issues arising from the Dutch example is that the curriculum negotiation method can work, especially in secondary schools: students are developmentally ready and the method leads both in terms of curriculum input and in terms of learning effects to better results.* (Bron & van der Laan, 2019)

*The success of the [curriculum negotiation] tool depends on whether the curriculum is regarded as something which is open for discussion and improvement and if teachers have a certain level of control and ownership over the curriculum they offer.* (Bron & van der Laan, 2019)

A investigação sobre a centralidade dos estudantes no ensino superior é mais parca. O artigo de Brooman *et al.* (2015) analisa o efeito da voz dos estudantes na definição do currículo no ensino superior e adianta que dispositivos de participação como os grupos de focagem podem ter resultados positivos na aproximação dos estudantes ao currículo:

*Student voice initiatives in curriculum design are becoming more popular – but are they measurably useful? Our study suggests that the student voice advantageously informed this, ultimately successful, curriculum design.*

*A multiple focus group method may present an alternative approach to engaging the student voice and provides more than standard feedback mechanisms.*

*The student voice encouraged staff to engage in a recurring process of renewal and interaction with literature, thereby changing the learning and teaching ‘culture’ of the module [of the curriculum]. (Brooman et al., 2015)*

### No contexto dos espaços de representatividade – cidadania e democracia

Os estudos que abordam a voz das crianças e dos jovens neste contexto elegem sobretudo a cidadania, a participação democrática ou o empreendedorismo como pretextos, mas também como consequências, do uso da voz (Naletilić, Stojkić. & Vasilj, 2019; Lamy, 2019). Referem experiências que desenvolvem a participação dos alunos, na vida da escola e na sala de aula, como os conselhos de turma ou os conselhos de escola, espaços que convidam os alunos a expressarem a sua opinião e projetam a importância dessa aprendizagem para fora da escola:

*Stepping out of school to participate in social life, society requires young people to be prepared to contribute to a democratic way of living – a responsibility that the political evolutions in the western world expect of school. (Lamy, 2019)*

*Student voice is recognizable as a part of the work of the student councils in Bosniaand Herzegovina that promote the development of self-initiative and entrepreneurial competence throughout team work, responsible behaviour, constructive cooperation, decision-making and finding the best solutions. (Naletilić, Stojkić. & Vasilj, 2019)*

A voz das crianças e dos jovens também é abordada pela investigação como contributo para a melhoria de alguma coisa ou para o conhecimento. Geralmente, são estudos que se desenvolvem a partir de *surveys* que auscultam os pontos de vista das crianças e dos jovens como grupo social, como parte interessada, ou como destinatários de um serviço que se quer melhorar. No caso, o respondente deve ver a sua participação como uma oportunidade de ter voz e de influenciar o resultado: “*Their feedback is a valuable resource that helps to shape the environment to be more in line with their needs.*” (Cf, Pöld, & Kangro, 2019).

Outros estudos abordam a representatividade da voz das crianças e dos jovens do ponto de vista conceitual, *i.e.*, averiguam a sua expressividade em documentos orientadores e normativos (Potera, Shala & Bytyqi-Beqiri, 2019). De um modo geral estes levantamentos servem de lastro à avaliação das práticas que concretizam o quadro conceitual e culminam em recomendações destinadas aos decisores políticos, às escolas, aos alunos ou às comunidades.

*Analysis of educational documents and policies in Kosovo proves a satisfactory address of student voice in decision-making bodies... In designing regulations, students do not participate at all, even though the Law (2011) guarantees it.*

*Regulations are more about demands and prohibitions for students, and less about enabling the opportunities for student voice.*

*Organize awareness campaigns on students' rights and obligations, based on laws and conventions; this should be a part of the student council daily activity in each school. (Potera, Shala & Bytyqi-Beqiri, 2019)*

Os dispositivos de participação representativa – como a intervenção em nome dos interesses de um grupo, a resposta a questionário de auscultação, ou o assento em órgãos consultivos – são os espaços mais comuns de representatividade da voz das crianças e dos jovens.

---

Erasmus+ project “Student Voice – the BRIDGE to Learning”, foi um projeto participado por cinco países Europeus: Hungria, Irlanda, Escócia, Eslovénia e Países Baixos. A Figura 2 reproduz o *poster* criado pelo projeto para apresentar as características de um ambiente de aprendizagem sustentado, em que é mais provável que as crianças e os jovens desenvolvam uma voz confiante e a capacidade de se envolverem em aprendizagens ao longo da vida.



**I feel well at school**

*My ideas are taken into account. I enjoy my lessons. I take responsibility for my learning. I know that I can succeed. I am willing to try out new things.*

**I am interested in**

*I am curious. I enjoy asking questions. I can choose how I will demonstrate my knowledge and skills. I persist when learning becomes difficult.*

**I plan**

*I am engaged in planning for my learning. I develop new, interesting ideas. I am enjoying planning for new challenges.*

**I cooperate**

*I take into account the ideas of others. I cooperate during learning Process. I share feedback with my classmates.*

**I reflect**

*I know what I am learning, why I am learning it and how I might improve. I see mistakes as an opportunity to learn. I know what works best for me.*

*I support students to build their knowledge on understanding and experiences.*

*I listen to my students and hear what they are saying.*

*I enable all students to co-create the learning process.*

*I encourage my students to cooperate with each other.*

*I like to feel good and look after my personal well-being.*

*I take care of my professional growth.*

*I strive for partnership with my students.*

*It articulates actions teachers can take to engage students as strong agents in their own learning, by including them in curriculum planning, in setting goals and in the assessment process. This partnership approach is a shift towards creating strong collective responsibility for learning progress and school improvement in which all participants – students and teachers take the role of a learner.*

**Figura 2.** Erasmus+ Student Voice – the BRIDGE to Learning (Holcar Brunauer, 2019)

## 3. A voz em diferentes contextos educativos

### 3.1. A voz das crianças e dos jovens na pedagogia

#### A função da voz

No contexto escolar, o uso da palavra reveste-se de particular importância pelas funções que encerra: identitária, reflexiva e cidadã.

A palavra serve para pensar, questionar, problematizar, conceptualizar, argumentar. É o uso da palavra que permite a elaboração de um pensamento próprio e a aprendizagem de conhecimento. A democracia funda-se na palavra de todos e de cada um, valorizando a liberdade de expressão e a diversidade de opiniões.

A palavra é, por isso, fundamental para formar a personalidade do indivíduo, apoiar o seu pensamento e expressar as suas opiniões no coletivo.

O Artigo 12 da convenção dos direitos da criança garante que a criança possa exprimir-se livremente sobre questões que lhe digam respeito e ver essa opinião ser tomada em consideração. No entanto, há uma constatação de que a palavra dos alunos nem sempre é ouvida na instituição escolar ou não é levada a sério por não serem considerados interlocutores válidos. A palavra do aluno pode ser perturbadora da ação do professor que precisa de a usar para dar o seu curso, mas ela é fundamental para aprender e mesmo para o professor perceber o que o aluno aprende e como aprende.

A relação de autoridade vertical, a organização do sistema escolar orientado para o saber académico e o fracionamento do tempo disciplinar não favorecem a criação de um espaço-tempo favorável à participação dos alunos.

A própria organização do espaço da sala de aula define o tipo de relação pedagógica. Habitualmente podem encontrar-se três tipos de disposição do mobiliário escolar: como na missa, em U e em ilhas. No ensino simultâneo, a palavra do professor é transmitida a um grupo de alunos todos virados para o professor e para o quadro. A disposição em U, que pode também fechar-se em quadrado ou retângulo, favorece a discussão, na medida em que todos se podem ver, sugerindo uma igualdade entre alunos e professor. No dispositivo em ilhas, o saber é construído no seio de cada grupo.

O lugar e o papel das crianças e dos jovens no sistema educativo podem ser dados pela possibilidade ou impossibilidade de uso da palavra. É através do uso de métodos ativos em pedagogia e de dispositivos da organização da escola que é dada a palavra aos alunos para se construírem, para pensarem, para se pronunciarem sobre a sua vivência em contexto escolar. A participação dos alunos nas assembleias de turma ou de escola e nos conselhos de governação da escola visa também formar cidadãos pela apropriação de valores e princípios democráticos.

Nesta perspetiva, a participação das crianças no sistema escolar deve ser promovida a dois níveis, o da pedagogia, para favorecer a co-construção das aprendizagens, e o da organização da escola para promover a aprendizagem da cidadania.

A concretização de um dispositivo de participação efetiva das crianças implica uma revisão da “forma escolar” e a adoção de uma postura orientada para uma repartição mais horizontal do poder e uma refundação da prática pedagógica.

Para Guy Vincent, a forma escolar é uma forma institucionalizada de transmissão de valores e de saberes, de acordo com regras de comportamento dos professores e dos alunos construídas ao longo da história do sistema educativo.

*je réserve le terme " forme scolaire " à celle de ces formes que nous avons caractérisée par le silence de l'écolier, l' " apprendre par coeur ", la soumission obtenue par contrainte et habitus à des règles impersonnelles. À cette école, au 18e siècle déjà mais aussi de nos jours, on a opposé l'école où les élèves parlent et doivent parler, " ont la parole ", discutent pour trouver des raisons et des justifications, font usage de leur raison et pensent par eux-mêmes. (Vincent, 2008 : 60)*

### **Dispositivos que favorecem a participação das crianças e dos jovens nos ensinoss básico e secundário**

Ainda que pouco praticada, a questão da participação das crianças na organização do trabalho escolar remonta ao início do século XX. A título de exemplo, poder-se-á recordar um escrito de António Sérgio (Educação Cívica, 1915) onde este pensador, inspirado pelas ideias da educação nova, defendia que os estudantes deviam tomar em mãos a direção da vida escolar, à medida que iam progredindo na escolaridade.

Na sua perspetiva, a escola devia ser um município escolar, isto é um laboratório de formação cívica, em que os estudantes aprenderiam na prática o que é um governo democrático, a feitura de leis pela cooperação dos cidadãos e a responsabilidade de cada um nos problemas do município. Estava convicto de que os alunos se podiam organizar na escola como os adultos se organizam no município, aprendendo os papéis da cidadania não em teoria, mas pela prática.

António Nóvoa, também desenvolve esta ideia, sustentando que:

Aquilo que nos junta no espaço escolar não são, em primeiro lugar, as afinidades ou os laços afectivos, mas antes a vontade de aprender e de aprender a viver em conjunto.

(...) Não se trata tanto de conviver, mas sim de aprender as rotinas do convívio, isto é, a aprendizagem do diálogo e da cooperação, das regras de vida em sociedade. Neste sentido, a instauração de ritos sociais e de modalidades de decisão democrática é um elemento essencial para a criação de uma cultura escolar que promova a colaboração, o diálogo e a entreajuda. (Nóvoa, 2004: 41)

São diversos os dispositivos que ao longo dos anos têm sido postos em prática no sentido de promover a participação das crianças e dos jovens, podendo envolver todo o estabelecimento escolar ou a iniciativa de professores isolados, por vezes em contra-corrente com a prática pedagógica do restante corpo docente. As iniciativas individuais de docentes para integrar dispositivos de participação dos alunos nas suas práticas têm mais dificuldade em fazer caminho, pelos obstáculos que têm de ultrapassar e correm o risco de ser absorvidas pelo sistema.

A participação pode promover-se através de diversos dispositivos, dos quais se destacam a assembleia de turma e o conselho de turma, a pedagogia por projetos, a mediação de conflitos pelos pares ou os planos de trabalho individual para a gestão de tempos de estudo autónomo na sala de aula.

As práticas promotoras da participação que se apresentam em seguida, a título de exemplo, podem encontrar-se na organização pedagógica de um professor, de toda a escola ou de um conjunto de escolas.

### **Filosofia para crianças**

O fundador da Filosofia para Crianças, o filósofo americano Mathew Lipman tinha como objetivo usar a filosofia como instrumento para a formação do pensamento da criança, para a levar a pensar por si própria. Esta abordagem parte do princípio de que há uma ligação estreita entre a palavra, a discussão e o pensamento.

A motivação para o uso da palavra pode partir de um texto que se lê em voz alta, de um vídeo, de imagens ou de um jogo que permita às crianças formular questões que as tenham intrigado, perturbado ou interessado.

Uma vez identificada a lista de questões propostas, o grupo vota para escolher a questão que pretende abordar. Segue-se a discussão propriamente dita, em que a palavra é dada, à vez, pelo professor ou por uma criança a quem seja atribuída essa função. O papel do adulto é o de lançar desafios. No final comunicam-se os elementos mais relevantes a retirar da discussão.

*Le modèle de Lipman s'appuie donc sur cette idée qu'éduquer, c'est amener les enfants à comprendre comment les éléments du monde sont liés les uns aux autres de manière à former un tout cohérent auquel il est possible de s'adapter. (Nepton, 2020 : 53).*

Trata-se de um processo de (re)construção do sentido em que a criança expressa as suas convicções, se confronta com as dos outros e depois as corrige ou reforça. Deste modo, o uso da palavra pela criança é uma etapa importante do processo de aprendizagem.

Dada a ligação entre a palavra e o pensamento, o papel do adulto neste processo consiste em proporcionar as condições necessárias à formação do pensamento que passam por:

- criar um espaço de respeito pela palavra da criança que a incentive a exprimir-se;
- colocar desafios que possam interessar as crianças e levá-las a pensar em busca de sentido;
- sugerir o uso de certos recursos que podem ser mobilizados para formular o pensamento (dar exemplos, dar as razões, imaginar diferentes contextos, definir, fazer comparações, formular hipóteses).

Para aprender a pensar é preciso aprender a dialogar e a discutir. Em última instância, dir-se-ia que o interesse do uso da palavra nestas sessões não é só dizer o que se pensa e pensar o que se diz, é também a possibilidade de ser mudado pela palavra do outro e de reconstruir o seu pensamento a partir dessa troca de ideias.

### **O modelo pedagógico do Movimento da Escola Moderna em Portugal**

O modelo de trabalho educativo do Movimento da Escola Moderna (MEM) é o que resulta da reflexão em torno da teoria e da prática dos professores que integram este movimento pedagógico. O MEM é uma associação profissional que remonta aos anos 60 do século XX, inicialmente inspirada nas técnicas Freinet, na Pedagogia Institucional e nos procedimentos não diretivos na educação, que foi evoluindo nas suas conceções teóricas através de um processo de auto-formação cooperada dos seus membros. Reconduziu, nas últimas décadas do século XX, o seu enfoque pedagógico para práticas educativas orientadas por uma perspetiva pós vigotskiana de âmbito sociocultural, acentuando a passagem de uma pedagogia pedocêntrica para a construção social das aprendizagens em cooperação. Embora se aplique a qualquer ciclo de ensino, este modelo tem sido usado maioritariamente no contexto da monodocência (Educação de Infância e 1º CEB).

Segundo esta perspetiva, a organização e gestão das práticas de aprendizagem assenta em estruturas de cooperação educativa, circuitos de comunicação, e na participação democrática direta. Isto é, os alunos trabalham individualmente ou em conjunto (em pequeno grupo ou a pares), comunicam as suas produções e saberes e participam ativamente na organização e gestão do currículo e das atividades da turma.

Esta organização pedagógica pressupõe uma certa conceção do espaço e do tempo escolares. A sala de aula deve dispor de materiais de apoio, nomeadamente ficheiros para a realização de trabalho autónomo e instrumentos de registo e monitorização da evolução do trabalho de cada um e das atividades da turma.

Toda a planificação coletiva e individual tem como pano de fundo o currículo anual que é apresentado no início do ano de forma simplificada. O trabalho de aprendizagem é desenvolvido a partir de um plano individual que o aluno contratualiza com os seus colegas e com o professor. Ao longo do dia e da semana, os alunos têm momentos nucleares de trabalho em conselho (planificação, gestão e balanço das atividades, apresentação de produções), em grupo (desenvolvimento de projetos) e individuais (estudo autónomo).

Neste quadro organizativo, o papel do professor é o de apoiar rotativamente as diferentes fases de desenvolvimento do trabalho de projeto, intervindo para sintetizar ou clarificar a informação apresentada. Nos momentos de trabalho autónomo, o professor apoia os alunos que revelam dificuldade em progredir na aprendizagem de determinada matéria.

Para além destes momentos nucleares, realizam-se sessões de trabalho coletivo, em participação dialógica, que completam o desenvolvimento curricular e estão associadas ao trabalho de texto (desenvolvimento da escrita), aos livros e à leitura, a atividades de extensão curricular (contactos e correspondência com o meio), ao esclarecimento de dúvidas suscitadas pelo trabalho individual ou às áreas das expressões.

As decisões relativas à vida da turma, tanto do ponto de vista curricular como da gestão do tempo, dos espaços, dos recursos e dos incidentes críticos inscritos no Diário de Turma, são tomadas colegialmente em Conselho de Cooperação Educativa que é gerido pelos alunos.

Em síntese, a ação educativa assenta não no ensino simultâneo do professor, mas no trabalho de aprendizagem dos alunos que tem por base a comunicação dialógica, uma estrutura de cooperação educativa e uma organização diferenciada do tempo escolar.

### **A Escola da Ponte (Portugal)**

Em 1976, a Escola da Ponte, à época uma escola primária, deu início a um projeto de reformulação do modo de ensinar e de aprender. Desde 2001/2002 é uma escola básica integrada, em regime de autonomia, com uma dinâmica de trabalho distinta do panorama do ensino público em Portugal. Embora se pudesse abordar a Escola da Ponte de diversos ângulos, o que aqui se descreve destina-se a ilustrar o seu modo de organização no que se refere à participação dos alunos.

Trata-se de uma escola que funciona em regime normal (dia escolar integral), com uma organização particular do tempo e do espaço, onde “não há aulas”, nem campainhas para separar os tempos dedicados a cada disciplina.

Só os alunos iniciados, que ainda não têm autonomia bastante na escrita, ocupam um espaço próprio. Os que já dominam a escrita circulam pelos diferentes espaços. Cada aluno desenvolve trabalho a partir da sua planificação (que tem por base os objetivos do currículo) quinzenal (negociada com os orientadores educativos) e diária, usando os recursos da escola. Os alunos alternam entre trabalho individual, em pares ou em grupo de constituição heterogénea (habitualmente em número de três, de diferentes idades e níveis de desenvolvimento, devendo incluir um aluno que careça de mais cuidados). A constituição dos grupos tem um papel preponderante na inclusão de alunos com necessidades educativas específicas.

As aprendizagens decorrem essencialmente do trabalho de pesquisa e quando o aluno não consegue concretizar os seus objetivos pode pedir ajuda aos colegas ou solicitar uma aula direta a um professor especialista. Não há tempos fixos para brincar, trabalhar e aprender, embora haja um horário de referência para alunos e professores. Por outro lado, não são os professores que têm de “dar o programa”, são os alunos que o têm de aprender (Pacheco, 2004).

O desenvolvimento do plano de trabalho é avaliado diária e quinzenalmente para permitir delinear os passos subsequentes, enquanto a avaliação das aprendizagens só ocorre quando o aluno se sente preparado para dar prova do que aprendeu.

Esta escola procura educar pela vivência quotidiana da cidadania, pelas escolhas organizacionais e pelas práticas de governança e de relação. Apela à participação dos alunos, ao desenvolvimento do seu sentido crítico e capacidade de argumentação, incentiva ao diálogo no processo de tomada de decisão.

A cultura organizacional, construída ao longo dos anos, é uma das dimensões essenciais do desenvolvimento pessoal e social dos alunos e baseia-se num conjunto de dispositivos que regulam a atividade da comunidade educativa dos quais se destacam os seguintes: responsabilidades, assembleias, direitos e deveres, pedir a palavra, acho bem/acho mal, caixinha dos segredos, comissão de ajuda, pedaço de mim, plano da quinzena/plano do dia, planificação do projeto, aula direta/preciso de ajuda/posso ajudar em... e eu já sei. (a descrição destes dispositivos encontra-se no Anexo 2).

### **O modelo sociocrático dos círculos escolares nos Países Baixos**

Algumas escolas privadas ou apoiadas pelo Estado dos Países Baixos, que têm no máximo 200 alunos, adotaram um modelo inspirado no método do círculo sociocrático criado por Gerard Endenburg. Nestas escolas, os alunos podem escolher as matérias de estudo, são apoiados pelos professores nos seus trabalhos e têm um mentor da sua preferência.

O objetivo do modelo sociocrático é mudar a estrutura do poder. A sua principal característica é que as decisões relativas à vida da escola são tomadas em conjunto, de acordo com os seguintes princípios:

- **Consentimento.** Todos os participantes no círculo têm voz, mas a decisão é tomada com base não na maioria dos votos, mas por “consentimento”. Todos têm a possibilidade de argumentar e de pedir aos outros que apresentem as razões que sustentam as suas propostas. A solução encontrada tem de ter o consentimento de todos. Os que não concordam, mas não têm argumentos contra, dão o seu consentimento.
- **O processo do Círculo.** No círculo todos se pronunciam à vez, a começar pela pessoa que apresenta a moção. Quando está claro para todos o que a proponente pretende, há uma ronda para que cada um expresse a sua opinião e uma segunda ronda para dizer se consente ou não. A decisão só é tomada quando obtém o consentimento de todos.
- **Círculo de mediação de conflitos.** Nestes círculos as pessoas em conflito vêm para obter uma solução para a contenda. Cada um dos lados dá as suas explicações e tenta resolver a situação ouvindo os outros. Não se trata de dizer se é certo ou errado mas de compreender o outro.
- **Eleições sociocráticas.** Há diferentes papéis no círculo, nomeadamente um presidente ou facilitador e um secretário, que são eleitos para desempenharem essas funções durante um determinado período. Uma vez definidas as características que essas pessoas devem ter, todos os participantes no círculo escrevem num papel o nome da sua escolha e explicam porquê. Numa segunda ronda, dizem se querem mudar o sentido do seu voto em função dos argumentos apresentados pelos outros participantes. Por fim, pergunta-se aos que não votaram naquelas pessoas se consentem aquela escolha e aos eleitos se aceitam desempenhar a função.
- **Ligações duplas.** As decisões, que vêm de cima para baixo, partem das decisões que o representante de cada círculo leva de baixo para cima. Há um círculo que funciona como direção da escola, que é o coração da escola, e integra representantes dos vários círculos (de alunos, de professores, de pessoal dos serviços). Há certas decisões que têm de ser levadas ao círculo da escola. Os representantes dos círculos de estudantes por faixa etária (embora a idade não seja o

único critério para integrar um círculo), que reúnem à segunda-feira, levam as decisões para o círculo de estudantes, que por sua vez leva as decisões para o círculo da escola, através do respetivo representante. Os pais também reúnem cinco vezes por ano e levam as suas posições ao círculo da escola.

Nas reuniões do círculo escolar em que participam alunos e professores decidem as regras de funcionamento, propõem atividades, discutem e tomam decisões em conjunto.

Os alunos que pretendem apresentar uma proposta no círculo, para fazerem qualquer atividade ou alterarem alguma situação, fixam previamente a sua moção num placard onde indicam o seu nome, o assunto, os objetivos ou argumentos da proposta e o custo. Geralmente, as moções referem-se a questões de âmbito prático ou criativo e são assinadas pela(o) secretária(o) do círculo.

Quando querem envolver-se nas decisões que lhes interessam, os alunos participam ativamente nos círculos.

### **Dispositivos que favorecem a participação dos estudantes no ensino superior**

A pedagogia universitária é uma matéria relativamente recente que não terá mais de 50 anos (De Ketele, 2010) e que tem evoluído devido a um conjunto de fatores, nomeadamente a massificação (e a heterogeneidade de públicos que lhe está associada), a introdução de tecnologias digitais e a mobilidade dos estudantes. Poder-se-ia dizer que essa evolução, ainda que lenta, é no sentido de deslocar o foco do ensino (orientado para os conteúdos) para o colocar no seu destinatário (orientado para a aprendizagem).

Não havendo uma formação de âmbito pedagógico para o exercício da docência no ensino superior<sup>2</sup>, ao invés da formação para os restantes níveis de ensino, pode admitir-se que as práticas mais usuais sejam, por falta de outras referências, uma reprodução dos métodos e modos de ensino dos seus próprios professores. Também não parece existir uma oferta organizada de formação contínua destes docentes, orientada para aspetos de âmbito pedagógico.

Os métodos tradicionais em uso no ensino superior não estão alinhados com o conhecimento atual sobre a forma como se aprende, com as tecnologias existentes e com as expectativas dos estudantes. Daí a necessidade de uma renovação das práticas pedagógicas.

*L'amélioration de l'apprentissage et des pratiques pédagogiques est donc devenue une priorité non seulement pour les établissements d'enseignement supérieur, mais aussi pour les gouvernements et, pour ne citer que le contexte européen, pour l'Union européenne, pour les pays engagés dans le processus de Bologne et pour l'association des universités européennes (EUA). (Lalle & Bonnafous, 2019 : 50)*

A inovação nesta matéria pode fazer-se a diferentes níveis: da organização pedagógica (novos métodos e processos de ensino); do suporte (uso de tecnologias); das relações entre professores e estudantes; dos espaços (reconversão dos espaços tradicionais para permitir outras formas de interação entre os professores e os estudantes e destes entre si).

No que se refere aos métodos ativos que favorecem a participação dos estudantes do ensino superior no processo de aprendizagem podem destacar-se a aprendizagem por problemas e por projetos e a aula invertida (modalidade criada por Eric Mazur, professor de Física em Harvard).

---

<sup>2</sup> O acesso à carreira docente do ensino superior decorre de uma habilitação académica (ser detentor de um doutoramento ou mestrado) e a progressão faz-se com base na investigação. Para estes professores não existe uma formação inicial orientada para o ensino.

Em Portugal, existem algumas iniciativas que apontam no sentido de uma mudança das práticas pedagógicas e abrem caminho à participação dos estudantes no processo de ensino/aprendizagem, de que adiante se apresentam três exemplos.

### **Projeto Observar e Aprender**

O projeto “Observar e Aprender” da Universidade de Lisboa é um fórum de formação interdisciplinar que visa estimular a atividade docente no ensino superior, a partir da observação de aulas, no pressuposto de que as competências e a prática letiva podem ser melhoradas a partir do *feedback* recebido.

Desde 2013/2014, o projeto já contou com a participação ativa de 203 docentes de 17 Escolas da Universidade de Lisboa. Os docentes envolvidos no projeto são voluntários e constituem-se em quarteto de dois pares de docentes, de diferentes Escolas, em que todos observam (duas vezes) e são observados (duas vezes). Para o desempenho dessa atividade, os participantes dispõem de um conjunto de materiais de apoio: grelha e manual de observação; guião de procedimentos.

Entre os aspetos a observar encontram-se a organização da aula, o modo de exposição e o clima da turma. No que se refere ao envolvimento dos estudantes o observador deve registar se o docente:

- encoraja uma atmosfera positiva na sala de aula;
- encoraja e reforça positivamente a participação dos estudantes;
- encoraja o pensamento independente, crítico ou reflexivo.

A partir dos resultados obtidos na 12ª edição deste projecto (1º semestre de 2019/2020) foram identificados alguns aspetos a melhorar de que se destacam os seguintes:

- incentivar a participação dos alunos;
- definir porta-voz rotativo no grupo de alunos para facilitar e permitir que todos participem;
- permitir a interajuda entre alunos, ao responderem às dúvidas dos colegas, para gerar mais dinâmica nas aulas.

### **Programa Docência +**

O programa de formação docência+ é organizado pelo Centro de Inovação e Desenvolvimento do Ensino e Aprendizagem da Universidade do Minho (Centro IDEA-UMinho) e pelo Núcleo de Ensino e Aprendizagem do Gabinete do Reitor da Universidade de Aveiro. Trata-se de uma iniciativa interinstitucional que tem como objetivo ajudar na transformação das unidades curriculares para a melhoria do ensino e da aprendizagem no ensino superior. Traduz-se num conjunto de sessões temáticas que acolhem a participação dos estudantes.

A transição para o ensino a distância veio mostrar que os métodos usados no ensino presencial não são relevantes para essa nova modalidade. O facto de já se usarem tecnologias no ensino superior antes da pandemia podia dar a ideia de que o ensino já estava a ser mudado, mas na realidade elas podiam estar a ser usadas ao serviço do método expositivo. O que a pandemia veio mostrar é que essas tecnologias podem ser usadas noutra sentido.

Embora muitos estudantes estejam muito “formatados” por um percurso escolar anterior que não promoveu o debate e condicionados pelo receio das consequências que as suas intervenções poderão ter na avaliação

do seu desempenho, começa a existir um reconhecimento de que a palavra dos estudantes pode contribuir para melhorar o ensino e a aprendizagem.

Alguns dos envolvidos neste programa sugerem possíveis modos de participação dos estudantes:

- debates sobre as matérias que os professores estão a investigar;
- dar ideias e sugestões de modo anónimo como retorno para que os professores possam melhorar;
- responder a inquéritos quando solicitados e exigir que a instituição divulgue as conclusões dessa consulta para dar um sinal de que lhes atribui importância.

### **Escola 42**

A 42 é uma escola de programação criada por Xavier Niel, em 2013, em França. Atualmente, funciona em mais de 20 países, incluindo Portugal (Lisboa), e acolhe mais de 10 000 estudantes.

Na Escola 42 aprende-se de forma diferente, desenvolvendo projetos práticos, em grupo, ganhando pontos e passando de nível, como se fosse um jogo.

Trata-se de uma formação gratuita, acessível a partir dos 17 anos, sem limite de idade, sem exigência de diplomas ou experiência para o acesso, que se caracteriza pelo uso de uma pedagogia baseada na aprendizagem entre pares (*peer-to-peer*).

Este é um modelo de funcionamento participativo, em que não existem aulas nem professores, em que os estudantes trabalham por projetos, em diálogo com os seus pares, ensinando, aprendendo e avaliando-se mutuamente.

Para além do trabalho de equipa, este método desenvolve o pensamento crítico e a capacidade de comunicação. O êxito dos projetos depende da participação de todos os elementos do grupo, da inteligência coletiva. O diálogo é fundamental para levar os projetos a bom porto. A progressão no programa de formação decorre da obtenção de pontos que correspondem a níveis de experiência.

### **3.2. A voz das crianças e dos jovens nas estruturas escolares**

A voz das crianças e dos jovens ao nível das estruturas escolares expressa-se através das Associações de Estudantes, dos Conselhos Gerais, das Assembleias de Escola, do Provedor do estudante, no caso do ensino superior, e das iniciativas culturais e desportivas (Cf. Anexo 3 - Enquadramento legislativo da participação das crianças e dos jovens na educação).

A Lei nº 23/2006, de 23 de junho, alterada pela Lei nº 57/2019, de 7 de agosto, define o regime jurídico do associativismo jovem e nela estão contempladas as Associações de estudantes (Artigo 4º).

De acordo com a referida Lei, as associações de estudantes do ensino básico e secundário têm o direito a emitir pareceres aquando do processo de elaboração de legislação sobre ensino (nº1 do Artigo 17º), a ser consultadas pelos órgãos de gestão das escolas (nº 1 do Artigo 18º), a colaborar na gestão de espaços de convívio e desporto, ou outras áreas equivalentes, afetas a atividades estudantis (nº 3 do Artigo 18º). As Associações de estudantes do ensino superior têm direito a participar na definição da política educativa; na elaboração da legislação sobre o ensino superior; e na vida académica. (Artigos 19º, 20º e 21º).

Nos ensinos básico e secundário, o Conselho Geral é o órgão de direção responsável pela definição das linhas orientadoras da atividade da escola, assegurando a participação e representação da comunidade educativa, nos termos e para os efeitos do nº 4, do artigo 48º, da Lei de Bases do Sistema Educativo. Os discentes estão representados no Conselho Geral por alunos maiores de 16 anos (nº 6, do Artigo 12º, do

Decreto-Lei nº 75/2008, de 22 de abril, republicado no Decreto-Lei nº 137/2012, de 2 de julho) ou, nos termos previstos no regulamento interno da unidade orgânica, sem direito a voto, nomeadamente através das respetivas associações de estudantes, nos casos em que não haja lugar a representação dos alunos nos termos do nº 6 do Artigo 12º, do referido Decreto-Lei.

O Estatuto do aluno (Decreto-Lei nº 51/2012, de 5 de setembro) reconhece ao aluno vários direitos (nº1 do Artigo 7º) nomeadamente o de participar nos órgãos de administração e gestão da escola [alínea m)], o de eleger os seus representantes [alínea n)] e o de apresentar críticas e sugestões relativas ao funcionamento da escola [alínea o)] e determina a representação dos alunos (Artigo 8º).

Já no ensino superior, o Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES) – Lei nº 62/2007, de 10 de setembro, determina que os estudantes estão representados no Conselho Geral das Instituições de Ensino Superior (nº 2 do Artigo 81º). Estes são eleitos pelo conjunto dos estudantes das Instituições de Ensino Superior (IES) e devem ser pelo menos 15% da totalidade dos membros do Conselho Geral. Nas IES, os estudantes estão igualmente representados no Conselho pedagógico (Artigo 104º).

O Provedor do estudante, referido no Artigo 25º da Lei nº 62/2007, de 10 de setembro, existe nas Instituições de Ensino Superior, nos termos definidos pelos seus estatutos e desenvolve a sua ação “em articulação com as associações de estudantes e com os órgãos e serviços da instituição, designadamente com os conselhos pedagógicos, bem como com as suas unidades orgânicas.”, sendo um mediador da voz dos estudantes.

Em 24 de março de 2016, o Conselho de Ministros decidiu desenvolver *uma experiência de «Orçamento Participativo» nas escolas do 3º ciclo do ensino básico e do ensino secundário, em articulação com a experiência do Orçamento Participativo Nacional, tendo em vista o reforço de dinâmicas de democracia participativa em meio escolar*. Assim, o Projeto Orçamento Participativo das Escolas (OPE), destinado a alunos do 3º CEB e secundário, pretende dar voz aos estudantes e dar resposta às suas necessidades e interesses, promovendo o sentido de responsabilidade, bem como valores e práticas indispensáveis à vida democrática. Este projeto vai no quinto ano consecutivo.

Em várias unidades orgânicas dos ensinos básico e secundário, bem como em instituições de ensino superior, existem iniciativas culturais e desportivas tais como rádios, jornais, revistas, teatro, clubes diversos e torneios que funcionam por iniciativa dos alunos/estudantes.

### 3.3. A voz das crianças e dos jovens na comunidade

A participação ativa dos jovens e das organizações de juventude na sociedade e na promoção de políticas para a juventude parece ser essencial e deve ser estimulada, uma vez que estes são os principais interessados. As políticas de juventude são um dispositivo para estimular a participação dos jovens e do movimento associativo juvenil, propiciando um espaço de socialização, aprendizagem e envolvimento. A participação só ganha relevância quando associada à capacidade de decidir e concretizar.

A educação, formal e não formal, é um meio de consciencialização dos jovens sobre os seus direitos e responsabilidades. Serve ainda para a transmissão de conhecimentos e competências, ao mesmo tempo que desenvolve atitudes responsáveis na construção de uma sociedade mais dinâmica e inclusiva.

Os jovens usam as tecnologias e as redes como ferramentas expressivas e participativas de organização social e mobilização (Bird & Rahfaldt, 2011), reforçando cada vez mais a perceção de que os meios de comunicação são poderosos agentes de socialização infantojuvenis, determinantes para a forma como veem o mundo (Giddens, 1994; Kellner, 2001; Thompson, 1995) e agem civicamente (Carriço Reis, 2009;

Torney-Purta, 2002). Nas redes sociais existem páginas destinadas à reflexão dos jovens sobre a sociedade<sup>3</sup> e vídeos de partilha de experiências.

### **Estruturas e projetos de participação juvenil**

O **Parlamento Europeu dos Jovens** (PEJ/EYP) é uma organização não governamental independente, fundada em 1987 em Fontainebleau (França) e é desde 2004 gerida por uma fundação alemã, sediada em Berlim. Tem como principal objetivo promover o desenvolvimento cívico e cultural dos jovens Europeus, promovendo a interação e o diálogo interculturais e envolvendo-os no pensamento político Europeu. O projeto, que existe em Portugal desde 1989, é hoje uma das principais plataformas para o debate político, encontros interculturais, educação cívica e troca de ideias entre jovens europeus e está convicto de que é através de iniciativas como estas que se contribuirá para uma Europa mais tolerante, coesa e dinâmica.

O Programa **Parlamento dos Jovens** é uma iniciativa da Assembleia da República, dirigida aos jovens dos 2º e 3º ciclos do ensino básico e do ensino secundário que frequentem escolas do ensino público, particular e cooperativo em Portugal ou nos círculos da Europa e de Fora da Europa. Entre os vários objetivos do programa encontram-se,

o de educar para a cidadania, estimulando o gosto pela participação cívica e política, o de promover o debate democrático, o respeito pela diversidade de opiniões e pelas regras de formação das decisões, o de estimular as capacidades de expressão e argumentação na defesa das ideias, com respeito pelos valores da tolerância e da formação da vontade da maioria e o de sublinhar a importância da sua contribuição para a resolução de questões que afetem o seu presente e o futuro individual e coletivo, fazendo ouvir as suas propostas junto dos órgãos do poder político.

Desde 1995 que se realizam anualmente Sessões do Parlamento dos Jovens na Assembleia da República.

**Projeto *Dream Teens***. Em Portugal, as oportunidades de participação dos jovens nas políticas públicas, que afetam as suas vidas e a das comunidades em que estão inseridos, são raras. O projeto *Dream Teens* surge, em 2014, como uma contribuição para aumentar as oportunidades de participação dos jovens na comunidade, fomentando a pertença e incrementando a sua voz na definição de políticas públicas. Visa promover o capital social, evitar a sua alienação social, promover a cidadania ativa, a saúde e o bem-estar dos jovens, através da oportunidade de ter uma “voz” (Matos *et al.*, 2015) e criar uma rede nacional de consultores juniores que serão colaboradores em projetos de investigação na área dos comportamentos de saúde.

Já o projeto ***BePositive Positive Youth Development (PYD) in adolescents***, lançado em dezembro de 2016, pretende "privilegiar o envolvimento de jovens e a responsabilidade social num processo de cidadania ativa", tornando a vida dos jovens mais visível, aumentando a força da sua “voz” e a sua participação cívica e social em matérias como a saúde.

O **Conselho Nacional de Crianças e Jovens** (CNCJ) é uma iniciativa da Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção de Crianças e Jovens que pretende dar voz às experiências, preocupações, necessidades e expectativas das crianças e dos jovens. É um programa dirigido a todas as crianças e jovens, com idades compreendidas entre os 8 e 17 anos, residentes em Portugal, e visa promover o acesso a novos espaços de participação social e política, promover o intercâmbio de experiências, desenvolver competências comunicacionais, de relacionamento interpessoal e de reflexão crítica, proporcionar o diálogo entre as crianças e jovens e os decisores políticos, formar e sensibilizar os participantes relativamente às temáticas tratadas na Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção de Crianças e Jovens,

<sup>3</sup> Página “A Voz dos Jovens” na rede social *facebook*

nomeadamente os Direitos da Criança. A primeira edição da iniciativa decorreu entre novembro de 2019 e janeiro de 2020.

A Câmara Municipal de Cascais promove, desde 2017, *Os Fóruns A Voz dos Jovens – Encontro dos Delegados de Turma do Secundário – Concelho de Cascais*, enquadrados em três pressupostos: estratégia nacional de educação para a cidadania, Perfil dos alunos à saída da escolaridade obrigatória e o programa Cidade Amiga das Crianças, lançado pela UNICEF para estimular a participação cívica. Nestes fóruns, os jovens podem apresentar propostas/recomendações, questionar o executivo e debater questões que considerem importantes para a vida da sua escola e da sua comunidade.

A Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão implementou, em 2017, o programa *Cidadania Jovem*, que se assume como um instrumento para ouvir a voz dos jovens e promover a sua participação na vivência comunitária. Neste sentido, foram pensados os *Laboratórios de Participação*, dirigidos a alunos do 3º ciclo do ensino básico e do ensino secundário e os *Fóruns Eu Participo?*, destinados a jovens entre os 18 e os 25 anos.

O projeto *Educação para a cidadania digital e participação democrática*, que envolveu cerca de 200 crianças da educação pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico, famílias, professoras e outros membros das comunidades escolar e educativa de Caneças, concelho de Odivelas, decorreu oficialmente até fevereiro de 2018, apresentou dois resultados essenciais: aumentou a participação e a intervenção social das crianças, contribuindo para o desenvolvimento das suas competências de cidadania; e transformou-se num projeto sustentável que continua a desenvolver atividades de cidadania digital. No âmbito deste projeto, as crianças dirigiram uma carta à autarquia onde se pronunciavam sobre o espaço do recreio da escola: “gostaríamos apenas que nos ouvissem e tivessem em atenção os nossos pedidos quando pensarem e puderem fazer obras de melhoramento na escola que é de todos, mas, acima de tudo, é das crianças.”

## 4. Posições do Conselho Nacional de Educação sobre a participação das crianças e dos jovens

Ao longo dos anos, o Conselho tem emitido Pareceres e Recomendações em que sustenta, direta ou indiretamente, o alargamento do “direito à palavra” aos mais pequenos e a adoção de medidas destinadas a promover a participação de crianças e jovens, quer nos ensinos básico e secundário, quer no ensino superior, das quais se destacam as seguintes.

### Primeira infância

A Recomendação 3/2011, de 21 de abril, questiona:

Como equacionar a questão dos Direitos das Crianças a partir dos 0 anos, com especial incidência na faixa etária dos 0 aos 3 anos? Como escutar a “voz” e a perspectiva destas crianças no exercício da sua agência pessoal e relacional? Como “dar voz” às suas famílias enquanto parceiras e co-construtoras das estruturas de acolhimento dos seus filhos e não como utentes ou consumidoras de serviços? Como investir no capital social das famílias?

E conclui recomendando o alargamento do “direito à palavra” aos mais pequenos:

Reconhecendo a sua enorme competência para explorar, para descobrir, para comunicar, para criar, para construir significado, é fundamental escutar as crianças destas idades, nas suas modalidades diversificadas de expressão.

Consequentes com a Convenção sobre os Direitos da Criança, reconhecemos-lhe o direito à palavra, à escuta e à participação efectiva. Deverão encontrar-se formas novas e mais criativas para garantir o direito à palavra dos mais pequenos, interpretando as suas tentativas de expressão e respeitando a sua vontade, necessidade de autonomia e de exploração independente.

Não podem ser esquecidas as crianças com direitos de aprendizagem diversificados (OCDE 2006: 17) e aquelas que, devido à vulnerabilidade das famílias, precisam de experiências educativas de superior qualidade, para que se concretizem os princípios de equidade consagrados na Lei-Quadro da Educação Pré-Escolar.

Entende-se que um novo direito deve ser inscrito nas preocupações relativas a faixa etária em análise: o direito a um serviço de creche de superior qualidade, sobretudo para as crianças de meios socioeconómicos mais desfavorecidos ou com direitos de aprendizagem diversificados.

## Ensinos básico e secundário

### Práticas Pedagógicas

Num Parecer sobre o combate à indisciplina escolar, o CNE defendeu a importância de motivar o interesse dos alunos pelos conteúdos, através de uma pedagogia estimulante, que

exige um cuidado acrescido na preparação dos professores, bem como na sua permanente actualização; exige a efectiva disponibilidade dos meios necessários e uma atenção muito especial quanto ao que mais profundamente liga a escola e a vida. (Parecer 3/2002)

Em 2008, no Parecer sobre “A educação das crianças dos 0 aos 12 anos” reconhece a dificuldade de adaptação da actual organização do trabalho escolar, marcada pela rigidez da gestão do tempo e do espaço, à evolução tecnológica e à diversidade dos públicos escolares, sugerindo a urgência de

criar mecanismos que possam contribuir para a inversão desta situação, por um lado, criando programas de incentivo e acompanhamento de práticas inovadoras e, por outro lado, avaliando e disseminando pedagogias alternativas de sucesso, já em curso no sistema.

(...) Há que construir novas soluções que venham enriquecer a escola e torná-la mais democrática, humana e eficaz na organização das aprendizagens face a uma sociedade que mudou profundamente e a uma escola com novas missões. (Parecer 8/2008)

A introdução destas dinâmicas depende essencialmente das práticas pedagógicas dos professores e da organização escolar. Reconhecendo que existem em todo o país inúmeras dinâmicas inovadoras nesta matéria, mas insuficientemente divulgadas e conhecidas, o CNE recomenda que

o Ministério da Educação encontre os meios para conhecer, recolher sistematicamente e divulgar estas práticas, de modo a serem realizadas em mais escolas e Agrupamentos, pois delas depende em boa medida a eficácia dos projetos em curso de promoção do sucesso escolar para e com todos. (Parecer 5/2016)

Na perspectiva da melhoria dos processos de ensino e de aprendizagem, recomenda ainda “que se ouçam os alunos, que tão esquecidos são, e se escute cuidadosamente o muito que têm para dizer e sugerir, em liberdade, em ordem à melhoria dos processos de ensino e de aprendizagem”. (Parecer 5/2016)

No Parecer sobre o “Perfil dos alunos para o século XXI” afirma-se que “A um novo perfil de aluno deverão corresponder um novo perfil de escola e um novo perfil de professor” e, nessa perspectiva, recomenda-se que “Sejam ponderadas as implicações do documento na organização do sistema educativo, nomeadamente ao nível do currículo, das práticas pedagógicas e da formação inicial e contínua dos professores.” (Parecer 4/2017)

## Educação para a Cidadania

O envolvimento dos alunos na atividade escolar tem sido evocado sobretudo em deliberações que se referem à importância da educação para a cidadania. No Parecer sobre o combate à indisciplina na escola refere-se que esta se deve transformar

num espaço de cidadania, no âmbito do qual os professores se sintam dignificados pelo revigoramento da sua autoridade, os pais encorajados a assumirem uma responsabilidade mais consistente pelos apoios recebidos e os alunos estimulados a uma participação criativa na vida da escola pela garantia de que os seus direitos são reconhecidos e respeitados. (Parecer 3/2002)

A Recomendação 1/2012 sustenta que uma escola promotora de Educação para a Cidadania é aquela que educa pelo exercício e pela vivência quotidiana de cidadania:

Apelar à participação dos alunos, ao desenvolvimento do seu sentido crítico e da capacidade de argumentação requer que a própria escola se abra a essa mesma participação e ao diálogo no processo de tomada de decisão e evite fechar-se em procedimentos rígidos e burocráticos e em relações autocráticas de liderança.

(...)

A educação e aprendizagem da cidadania, tanto no ensino básico, como no ensino secundário, devem ser desenvolvidas, sobretudo, pela participação dos alunos e professores em atividades e projetos concretos. (Recomendação 1/2012)

Mais recentemente, a Recomendação sobre “A Cidadania e a Educação Antirracista” preconiza

a ênfase no clima democrático das escolas enquanto organizações nucleares e sustentadoras da vida em democracia. Esta ênfase implica um esforço sistemático na concretização quotidiana dos valores de liberdade, pluralismo e igualdade, o que implica políticas de tolerância zero face a manifestações de racismo e xenofobia, combatendo-se preconceitos, a desinformação e o discurso de ódio. Implica também a implementação de estratégias de voz, representação e participação de crianças e jovens, na sua diversidade, mas cuidando que essa cidadania resulte na escuta ativa e na transformação da sala de aula e da escola no sentido da coesão social, valorização da diversidade e da igualdade, tendo em vista o combate a todas as formas de discriminação e violência. (Recomendação 5/2020).

## Ensino superior

### Participação no percurso formativo

A Recomendação sobre “A condição estudantil no Ensino Superior” defende a flexibilização dos planos de estudo dos cursos, de modo a possibilitar uma formação mais alargada e diversificada em áreas de conhecimento de interesse para os estudantes, em especial no primeiro ciclo, bem como uma maior participação dos estudantes na definição da oferta formativa das instituições de ensino superior.

Numa sociedade moderna e democrática, as IES constituem organizações de ensino e investigação em que estudantes e docentes procuram o progresso das escolas a que pertencem. O conhecimento e a transparência do seu funcionamento geram naturalmente confiança entre todos os seus membros, o que, por sua vez, potenciará o sucesso da instituição de ensino e investigação em que se integram. (Recomendação n.º 6/2013)

Destaca-se também a referência à formação pedagógica dos docentes ao recomendar “Que seja dada maior atenção à componente de ensino na avaliação docente e seja desenvolvida a formação pedagógica para a docência no ensino superior, estudando-se a importância desta na estrutura da carreira docente.” (Recomendação 6/2013)

### Participação nos órgãos de governo e de gestão

O Conselho já se pronunciou em diferentes ocasiões sobre o Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES), nomeadamente sobre a participação dos estudantes nos órgãos de governo e gestão dessas instituições:

É, pois, necessário consagrar uma significativa participação dos estudantes nesses órgãos, não cabendo agora quantificá-la, devendo, aliás, em boa parte, estar dependente dos estatutos dos diversos estabelecimentos de ensino superior. (Parecer 6/2007)

No Parecer 4/2019, o CNE recomenda que se deve avaliar a possibilidade de reforçar a participação dos estudantes nos órgãos de governo das IES e “que uma eventual revisão do RJIES consagre a necessidade de os estatutos das IES contemplarem mecanismos de informação e auscultação da comunidade académica.”

## 5. Síntese das audições

Os Conselheiros designados como relatores da Recomendação sobre “A voz das crianças e dos jovens na educação” decidiram ouvir um conjunto de entidades (crianças, jovens e adultos) sobre esta temática: especialistas, diretores de agrupamentos, professores e alunos dos ensinos básico, secundário e superior. Estas conversas exploratórias tiveram como objetivo identificar as questões que se colocam à participação das crianças e dos jovens, particularmente no sistema de ensino.

### Audição de alunos do 1º ciclo do ensino básico

As crianças ouvidas têm um ambiente de trabalho baseado nos princípios do Movimento da Escola Moderna e são todas da mesma turma.

Estes alunos não sabem se as outras turmas se organizam do mesmo modo, mas descreveram a organização do trabalho escolar da sua:

A turma planifica semanalmente o trabalho a realizar. O plano de trabalho, que é feito no *tablet*, integra as tarefas que cada um realiza (registos, recolha de material, etc.), os apoios de que necessita e as parcerias que faz para ajudar outros. No final da semana, o Conselho de Turma, que tem um presidente e um secretário, discute as questões que os alunos foram registando no “Diário da Turma” (fixado na parede), nas colunas “Gosto”, “Não gosto” e “Sugestões” para melhorar ou realizar uma nova atividade.

Escrevem no *tablet* os projetos que desenvolvem em grupos de três que depois apresentam à turma em *PowerPoint*, no quadro interativo. As temáticas a abordar são escolhidas pelos alunos, a partir dos programas curriculares ou por sugestão de temas complementares. Fazem depois um questionário para saber se a turma compreendeu os conteúdos apresentados.

Nas apresentações das produções individuais e de grupo, em regra, cada um pode fazer até três comentários para que todos tenham oportunidade de participar.

Uma das crianças referiu que é importante os alunos expressarem a sua opinião porque, se forem tímidos e não o fizerem, a professora nunca vai saber se eles aprenderam ou não.

## Audição de alunas do ensino secundário

A possibilidade dos alunos se expressarem depende da escola que frequentam e sobretudo dos professores. Uma aluna referiu que teve Filosofia (para crianças) no 1º ciclo e como isso foi importante para aprender a expressar as suas opiniões.

Refletindo sobre o seu próprio percurso escolar, reconhecem que quando eram mais novas (no ensino básico) a sua voz não contava porque eram consideradas crianças. Habitualmente, os sentimentos dos mais novos não são considerados. À medida que vão ficando mais crescidos, a sua voz vai sendo mais ouvida. No ensino básico há muitos limites. Só no secundário podem escolher as disciplinas de que gostam. Mesmo assim, ter voz depende dos professores.

A escola é um sítio onde passam muito tempo e onde precisam de ser ouvidas para aprenderem a lidar com momentos difíceis. Ser ouvida permite organizar melhor a sua própria opinião.

Os alunos têm mais oportunidade de participar nas atividades extracurriculares que escolhem. Os clubes (teatro, leitura, etc.) proporcionam o envolvimento dos alunos na sua comunidade.

Na escola que frequentam há muita diversidade, os jovens têm poder intelectual e os professores respeitam a opinião dos alunos. Sentem que têm apoio dos professores e dos funcionários e na sala de aula não são vistos como inferiores. Os professores não impõem regras sem sentido.

É importante ter ferramentas para aprender a organizar o pensamento e a argumentar, como por exemplo as da filosofia. A disciplina de cidadania também devia ser importante para aprender a argumentar. Quando se expressa uma opinião aprende-se a argumentar dando exemplos e treinando. É na escola que devem aprender a expressar-se porque isso dá muito poder e é importante para o resto da vida. E isso podia aprender-se desde pequenos. Quando se debate e se argumenta também se aprende a ouvir e a aceitar a opinião dos outros.

“O que me entristece é que seja mais importante calcular o diâmetro da circunferência do que argumentar” (aluna do 11º ano).

A participação nas aulas depende da disciplina e do professor. Há aulas em que os alunos participam mais e outras em que é “sentar e ouvir”. Há disciplinas mais propícias à participação, como por exemplo Português, em que um texto pode ser sempre o ponto de partida para uma conversa. Há professores que, para além das matérias da disciplina, abordam temas do quotidiano que são importantes para os alunos, para desanuviar. Há um período de diálogo na aula em que cada um pode ter intervenções curtas.

Agora, nas aulas remotas é mais difícil dar opiniões.

## Audição de estudantes do ensino superior

### A voz dos estudantes

Os jovens sempre foram tidos como agentes positivos pela capacidade de inovação e de mudança e isso não deve ser relegado. As políticas devem ter isso em atenção. As propostas dos jovens servem, na maior parte dos casos, para melhorar o sistema, pelo que os responsáveis políticos e os decisores devem ter a voz dos jovens em consideração. Apesar de as sugestões dos alunos sobre o ensino serem responsáveis, elas não são ouvidas. As opiniões dos estudantes foram influentes, em momentos-chave, como por exemplo no Maio de 68 e na Crise Académica de 69. No entanto, mais recentemente, tem-se assistido a uma diminuição da participação dos estudantes em vários órgãos (tendo em conta o RJIES - *Regime Jurídico das Instituições*

*de Ensino Superior*). Para além disso, a representatividade dos jovens tem vindo a diminuir, sobretudo no ensino superior.

A sociedade mudou, mas na educação não há mudanças significativas há vários anos. O sistema de ensino devia dar resposta a estas mudanças e envolver os estudantes.

Os estudantes do ensino superior entendem que é no ensino básico que se iniciam as formas de exercício da cidadania, nomeadamente, através da eleição dos representantes e das associações de estudantes. As direções dos agrupamentos de escolas deviam ajudar estas estruturas porque elas representam os estudantes e fazem com que eles se sintam parte dos agrupamentos de escolas.

A voz dos alunos manifesta-se na sua participação e envolvimento nos processos de decisão. Para envolver os estudantes no processo de intervenção é preciso mostrar que a sua participação tem consequências. O problema surge quando se verifica que a sua participação não tem efeito (exemplo: respondem a inquéritos, participam em processos de avaliação dos docentes e das instituições do ensino superior, mas não têm *feedback* dessa participação). Quem decide tem de ouvir os estudantes, inteirar-se do que querem e quais são as suas preocupações. Não dar ouvidos aos estudantes é uma questão de poder.

Auscultação e participação são coisas diferentes: auscultar é ouvir; participar é ser parte da decisão, deixando de ser espectador. Importa ouvir, dar eco da participação e alertar os estudantes para as consequências negativas da sua não participação.

Questões a equacionar para dar voz a faixas de estudantes do ensino superior com menos acesso à participação:

- Até que ponto estamos preparados para dar espaço de intervenção aos estudantes com necessidades especiais?
- Terão os jovens do interior as mesmas oportunidades de participação que os do litoral e o que poderia ser feito para equilibrar a participação de uns e de outros?
- Que estratégias se poderão utilizar para fomentar a participação num tempo em que as pessoas têm menos tempo, nomeadamente os estudantes-trabalhadores?

Aproveitando a oportunidade de serem ouvidos, os estudantes usaram da palavra para referir um conjunto de prioridades e preocupações com que se debatem:

- o alojamento;
- a mobilidade (dificuldade de transportes);
- os impactos silenciosos da pandemia. Estão a tentar quantificar o abandono e o insucesso, com a preocupação de dar voz às razões dos que estão em risco de abandonar;
- o *stress* criado pelas necessidades do presente, inclusivamente o suprimento de necessidades básicas como a alimentação;
- a saúde mental, principalmente desde março 2020 (pandemia), até porque há muita gente que não procura ajuda;
- o sentimento de que não estão a ser ouvidos e que ficam para trás. Quem decide tem de ouvir os estudantes para saber o que querem, quais as suas preocupações;
- a visão de futuro dos estudantes vai quase sempre desembocar na estabilidade, no conforto (habitação, transporte, emancipação, trabalho) para a qual não estão a ter respostas eficazes;

- a empregabilidade e carreira em certas áreas, uma vez concluídos os cursos. Há áreas em que os estudantes não veem perspectivas de aplicação das suas valências num futuro próximo, como por exemplo os cursos na área do turismo;
- querem ser bem-sucedidos e que o ensino superior contribua para a sua capacitação e emancipação. Isto assenta também na importância da qualidade do ensino superior.

### **Participação através das estruturas de representação dos estudantes**

Habitualmente, os estudantes só têm voz através das Associações de Estudantes. Se não houver mecanismos de representatividade (processos eleitorais) um estudante por si só não consegue manifestar a sua opinião.

No quadro do encerramento das universidades, as associações de estudantes tiveram um papel no mapeamento dos estudantes com carências, na apresentação de metodologias de ensino/aprendizagem que melhor se adequem e promovam a inovação pedagógica.

A redução do número de estudantes nos órgãos de decisão condiciona a sua participação. O RJIES veio dificultar a participação dos estudantes.

Há alguns anos, os estudantes tinham mais intervenção na gestão. A lei permite que os estudantes estejam presentes em órgãos onde se tomam decisões, mas só se o diretor quiser. Embora o envolvimento dos estudantes tenha vindo a ganhar alguma valorização, existe ainda uma grande disparidade de situações. Há instituições de ensino superior em que os estudantes estão representados e participam na decisão, noutras a representação não existe ou não é divulgada. Importa que o processo de representação seja baseado nos princípios da informação e da transparência.

Os estudantes não estão desinteressados, mas por vezes os mecanismos de participação não são adequados. Importa não só dar voz aos estudantes, mas também dar-lhe relevância.

### **Participação na sala de aula**

Entendem que os professores têm um papel fundamental para promover a participação das crianças e dos jovens.

Embora a modalidade de participação possa depender dos cursos e do tipo de matéria, entendem que as aulas devem ter menos exposição e incentivar a intervenção crítica dos jovens (para que percam a vergonha de falar).

Consideram que a alteração dos métodos educativos é uma necessidade, na medida em que há pouco espaço para o diálogo e para expressar opiniões. Há que diferenciar aulas expositivas (que devem acontecer, incluindo com convidados, que podem até ser transversais aos vários cursos) e aulas de participação específicas para cada curso em que o professor debate com os alunos e tem um papel de moderador. A exposição do professor podia ser substituída por um vídeo.

Referem o projeto da Mentoria interpares da Universidade do Porto como exemplo de participação dos alunos.

Os momentos de avaliação pedagógica através de questionários são pouco participados porque os estudantes não veem o impacto das suas opiniões.

## Sugestões para melhorar a participação dos estudantes

- Uma adaptação legislativa para que não fique ao arbítrio dos diretores aceitar a participação dos estudantes em espaços de decisão superior.
- Revisão do RJES, mais precisamente no que respeita à representação dos estudantes.
- Propostas de representação dos estudantes nos diferentes órgãos das IES:
  - Conselho Geral: nenhum corpo deve ter representatividade superior a 50%; representação dos alunos deve ser superior à das entidades externas por conhecerem melhor as Instituições.
  - Conselho de Gestão das unidades orgânicas: devem existir estudantes, com ou sem direito a voto.
  - Conselho Científico: as Associações de Estudantes deviam estar presentes, sem direito a voto, porque são parte interessada nas decisões.
- Valorização do papel dos órgãos representativos ao nível dos cursos (um nível mais próximo do estudante, onde há fraca adesão dos estudantes, sendo que é dos principais níveis em que deve haver participação).
- Auscultação dos estudantes por parte das instituições, mesmo que seja através de questionários anónimos.
- Utilização dos recursos online/digitais para promover a participação dos estudantes, adaptando e tornando os mecanismos de participação mais atrativos e amigáveis para os estudantes – utilização de aplicações para recolha de dados e voto digital. Dar *feedback* de forma facilitada, sem grande burocracia, também aumenta a participação dos estudantes.
- A participação deve começar no ensino básico, para que os alunos desenvolvam a capacidade de intervenção e adquiram à-vontade para o fazer. As aulas deviam ter momentos em que os alunos pudessem apresentar, explicar e dar as suas opiniões. Se as crianças participarem desde cedo isso vai ter resultados no futuro.
- No ensino superior, a participação dos estudantes no processo de aprendizagem pode promover-se através de:
  - *Team Based Learning* – exposição de um caso, de um problema, em que os alunos têm de preparar a resposta a uma situação de crise; são os alunos que explicam (exemplo usado na universidade do Minho) e depois há um debate.
  - criação de oportunidades de intervenção dos alunos (exemplo de um professor que incentiva a discussão a partir dos temas do jornal, pedindo aos alunos que expressem a sua opinião);
  - envolvimento dos estudantes em projetos de inovação pedagógica no ensino superior - exemplos: projeto IDEA e DOCÊNCIA+ (da Universidade do Minho e da Universidade de Aveiro)
- O nível de participação dos estudantes devia fazer parte dos critérios de avaliação da qualidade das instituições do ensino superior.

## Audição de professoras do ensino básico

As professoras ouvidas desenvolvem a sua atividade nos 1º e 2º ciclos do ensino básico. A do 1º Ciclo orienta a sua ação pedagógica segundo os princípios do Movimento da Escola Moderna. A docente do 2º Ciclo leciona a disciplina de matemática e integra a Associação de Professores de Matemática.

## **Dar voz aos alunos**

Dar voz é dar a palavra aos alunos. Os alunos podem expressar-se através da fala e da escrita. A voz dos alunos começa na sala de aula, mas pode alargar-se a outros espaços da escola. Por exemplo, através da escrita ou de uma exposição na escola. Também dão voz às crianças quando estabelecem uma ligação com a comunidade.

No 1º CEB, a voz dos alunos é valorizada em vários momentos que concorrem para criar uma comunidade de aprendizagem:

- no Conselho (diário, com mais expressão à sexta) – em que se reflete sobre todo o trabalho da turma, não só no plano cognitivo, também no plano social e emocional (tudo é discutido em conselho);
- na negociação dos itens do currículo a alcançar – os alunos contribuem com as suas ideias e os seus objetivos, cabendo ao professor estabelecer a ponte entre os interesses e ideias das crianças e os objetivos curriculares;
- na apresentação de produções – as crianças mostram o que fazem – textos, produções artísticas, leituras, etc. – e a professora e os colegas comentam, valorizam, para construir aprendizagens.

No 2º CEB, os alunos tornaram-se mais interventivos nas aulas devido às dinâmicas resultantes da disciplina de cidadania, de projetos como o eco-escolas e das assembleias de alunos. As mentorias também têm funcionado bem. Os alunos (mentor e mentorante) apoiam-se no estudo e são eles que identificam as dificuldades.

Os professores reúnem com os representantes dos alunos para ouvir as suas propostas. Os alunos que tinham o hábito de expressar as suas opiniões no 1º CEB, quando chegam ao ciclo seguinte exigem-no.

## **A abordagem pedagógica de cada professora**

### ***No 1º CEB***

A visão que tem é a de que a vida da escola está refém da vontade dos professores. A participação dos alunos não é autêntica. Na sala de aula, a participação dos alunos é muito orientada pelo professor (os alunos respondem a perguntas).

Referindo-se à sua própria experiência, reconhece que não há tempo para tudo. O que se pode fazer é ver com os alunos o que fazer com o tempo de que dispõem, fazer uma seleção de prioridades e mobilizar os alunos para dar apoios uns aos outros e, pontualmente, pedir o apoio de outros professores. Semanalmente, fazem o ponto da situação das aprendizagens, para garantir que não há perdas de aprendizagem, mas é importante dar tempo aos alunos para explorarem, tomarem o seu tempo para aprender (tempo de estudo autónomo).

O trabalho semanal é planificado no início da semana com todos. O Plano Individual de Trabalho (PIT) é um instrumento em que a criança se organiza para trabalhar naquilo que precisa. O PIT é monitorizado semanalmente. Os projetos sugeridos pelos alunos, que articulam várias áreas do currículo, fazem ganhar tempo.

O papel do professor é o de clarificar conceitos em diálogo com os alunos, numa construção. “Como professora, tento sempre evitar cair na tentação de ser eu a explicar tudo.”

### ***No 2º CEB***

Embora cada professor possa abordar o currículo como entender, muitas escolas trabalham impondo metas no sentido em que, na data tal, todas as turmas devem estar no ponto tal dos programas. Isso não é compatível com a flexibilidade da abordagem baseada na negociação. A abordagem do currículo baseada na negociação, no 2º Ciclo, não está generalizada.

Quando cada turma tem a sua sala, isso é facilitador porque permite uma apropriação do espaço.

Sobre o tempo: o facto de o 2º CEB ter áreas disciplinares, havendo um professor para mais do que uma disciplina (ex: matemática e ciências) permite recuperar tempo, porque há maior articulação entre disciplinas. As provas de aferição também tiram muito tempo.

Nos 2º e 3º ciclos do ensino básico havia um espaço [tempo] chamado “Projeto” em que se trabalhavam os projetos dos alunos. Isso morreu, mas há professores que nas suas disciplinas abordam o currículo a partir de projetos dos alunos.

#### **Recomendações**

- O professor deve ouvir as preocupações, o sentimento dos alunos, atendendo a cada um e não ao grupo como um todo.
- Criação de espaços de colaboração entre os professores e de momentos de discussão sobre as suas práticas pedagógicas.
- Formação de professores que ajude a refletir sobre outras formas de trabalhar (exemplo: tertúlias dialógicas; Projeto Included)
- Nos 2º e 3º CEB os alunos deveriam ter voz no momento de planificar e organizar o que têm de aprender.

### **Audição de diretores de agrupamentos**

#### **Participação dos alunos na escola**

Os alunos têm direitos de participação consagrados na legislação. A opinião dos alunos é ouvida no parlamento jovem, no orçamento participativo, na avaliação interna da instituição e nas reuniões setoriais.

Há diretores que ouvem os alunos trimestralmente, incluindo as crianças da educação pré-escolar (conselho de alunos) sobre questões de funcionamento da escola.

Embora não tenham assento no Conselho Pedagógico, em certas escolas os alunos participam em algumas reuniões deste órgão quando convidados.

Também é importante o papel das associações de estudantes, mesmo no ensino básico, para os alunos fazerem ouvir as suas necessidades.

No âmbito de certos projetos, podem criar-se momentos formais para ouvir os alunos. As questões colocadas são debatidas em assembleias de delegados e depois as opiniões dos alunos são levadas a Conselho Pedagógico e, por vezes, a Departamento.

Admitem que a voz dos alunos pode ser ouvida, mas nem sempre é escutada. Mais importante do que ouvir é saber se a auscultação tem consequências, se as perspetivas dos alunos são postas em prática.

## **Participação dos alunos na sala de aula**

Se os espaços de participação formal já estão legislados, os aspetos mais relacionados com a sala de aula dependem de cada professor e esbarram com a própria formação dos professores e com a dificuldade destes em melhorar as suas práticas.

“Educar para a democracia é educar para a participação”. É difícil educar para a participação quando muitos professores não estão interessados nem preparados para o fazer.

Apesar disso, existem pequenos projetos para proporcionar o debate (comemoração de datas, efemérides,...). A cidadania é desenvolvida a partir de ideias e propostas dos alunos para desenvolverem projetos de cidadania.

A maior parte dos professores não tem tempo para dar tempo aos alunos para manifestarem a sua opinião. Não há tempo para o debate. As escolas sentem-se sob pressão do Ministério e, muitas vezes, não lhes sobra tempo para porem em prática as ideias dos alunos.

Há disciplinas que ajudam a dar opiniões como a Filosofia e que, por isso, deviam começar mais cedo.

Reconhecem que não existem muitas experiências de aprendizagem dialógica, baseada no diálogo. A pressão dos programas e dos exames leva as escolas a rejeitar esse modo de aprender, embora lhes pareça que muitos professores gostariam de utilizar esse “método”.

A maioria dos professores não sente liberdade para conduzir a sua aula para outros caminhos. Acabam por ver cada período para ouvir os alunos como uma demora, como um desvio dos seus planos de lição. Devido à pressão, acabam por não ser capazes de ensinar, dando voz aos alunos. A escola trabalha para preparar para o exame.

Apesar disso, há professores capazes de explorar outras formas de ensino, embora isso pareça ser mais exequível em certas áreas curriculares.

## **Recomendações**

- Se existe um perfil dos alunos para o séc. XXI também deveria haver um perfil para o professor do séc. XXI. O professor carece de competências profissionais que lhe permitam valorizar a participação dos alunos no seu percurso de aprendizagem.
- A mudança dos alunos é muito rápida e para os cativar os professores terão de mudar as suas práticas.
- A tónica fundamental é dar voz aos alunos na sala de aula, enquanto atores do seu processo de aprendizagem para poderem decidir sobre o seu percurso de aprendizagem, sobre a melhor forma de aprender e sobre a sua avaliação.

## **Audição de especialistas em educação**

### **Caracterização da situação**

A questão da voz das crianças e dos jovens extravasa o âmbito das escolas. Em geral, os adultos têm muita dificuldade em dar espaço à intervenção das crianças porque a sentem como uma cedência de poder.

O direito à participação das crianças é muito citado, mas pouco posto em prática, devido à ideia de que as crianças são imaturas e que são cidadãos do futuro e não do presente, o que afasta a possibilidade de as ouvir.

O que de pior acontece é o facto de o jovem quebrar barreiras e aceitar participar, mas depois ser-lhe dito que “ainda és muito novo” ou outros argumentos paternalistas. Na educação, nota-se muito a questão do paternalismo, no sentido em que alguém decide por nós.

Mesmo quando são ouvidas, é preciso distinguir entre “dar voz” e “ter voz” (referência à distinção estabelecida pela escada da participação de Roger Hart).

A ideia muito marcada de que a escola se constitui pela dualidade do que ensina, *versus* o que se aprende, pode ser um obstáculo ao desenvolvimento da participação das crianças e dos jovens.

Há uma tensão entre os diferentes documentos prescritivos do currículo. Por exemplo, o Perfil esperado do aluno fala da gestão flexível do currículo, mas não inclui os alunos neste processo, enquanto nos descritores operativos os alunos aparecem com um papel de destaque. Por outro lado, o documento da educação para a cidadania (no Perfil) coloca o aluno como um cidadão para o futuro (tornar-se cidadão) e não tanto no ser cidadão agora; o que pode não considerar tão explicitamente a intervenção dos alunos. A forma como o documento foi pensado é muito tradicional e não dá espaço a essa intervenção.

No que se refere à utilização dos meios digitais, o currículo refere muitas preocupações com as normas e com a segurança, deixando de fora as possibilidades de mobilização que o digital pode propiciar. A cultura dos jovens vive do telemóvel, sendo que a escola tem uma relação adversa com o telemóvel ou ainda não resolvida. Há um *mismatch* entre a escola e o mundo dos jovens. Há um fosso entre o que os professores ensinam, nomeadamente na disciplina de TIC, e o que os alunos gostariam de aprender.

Não existe qualquer mecanismo que, de forma justa, permita aos alunos dar *feedback* da avaliação que fazem do trabalho dos professores.

## Recomendações

- Encontrar espaços em que os jovens tenham protagonismo, na escola e noutros espaços.
- Dar importância à intervenção dos jovens e assegurar que aquilo que dizem é ouvido e tem efeito; que tem retorno e é para levar à prática (exemplo de um projeto em que os jovens foram ouvidos e tiveram eco das suas intervenções, do que os adultos aprenderam com eles.) É importante que o jovem participe, mas o mais importante é o que se faz com isso. Os jovens precisam de saber para que é que a sua opinião serve. Nesse sentido, a investigação deve devolver aos jovens o que aprende com eles.
- Criar crianças autónomas que pensam por si. Apesar de isso requerer tempo e constituir um desafio para os adultos, é preciso ouvi-las e “fazer” o que propõem.
- A concretização do direito à liberdade de expressão é o mais difícil. Será necessário fazer uma maior divulgação dos Direitos da Criança, nomeadamente do artigo 12º da Convenção, e dos artigos que no estatuto do aluno versam sobre a participação. Era bom que se falasse das capacidades das crianças e da força que têm quando comunicam.
- Criar espaços e oportunidades para que os alunos intervenham, falhem, aprendam com as falhas e tenham oportunidade de aprender a participar e de melhorar a qualidade das suas participações. Isso pode acontecer em espaços de educação não formal, não curricular. Porque a escola não está preparada para trabalhar o erro de forma formativa.
- Dar visibilidade às recomendações do CNE e divulgar os direitos das crianças que já lhes estão consagrados e que por vezes desconhecem, para que os alunos se apropriem desses direitos.

- A escola é o espaço privilegiado para conseguir dar voz aos alunos. A escola será tanto mais amigável quanto mais conseguir ouvir a voz das crianças. A dificuldade está em como concretizar a intervenção das crianças. É fundamental que os alunos tenham voz no processo da sua própria educação, porque eles são os “clientes”.
- É fundamental que os alunos sejam ouvidos em momentos cruciais, como por exemplo: o parlamento dos jovens ou os orçamentos participativos (discutidos com os alunos e executado em função das decisões tomadas). O processo de decisão demora mais tempo. E depois é preciso dar continuidade ao que decidem.
- Dar relevância às tecnologias digitais utilizando o seu potencial para promover a participação das crianças (por exemplo, na REDE “CRESCER JUNTOS” do Instituto de Apoio à Criança – os jovens comunicam através do *WhatsApp*). As plataformas em que os alunos se expressam *online* não podem constituir um mundo à parte da escola. A área das TIC é uma oportunidade de dar voz. Devia ser dada uma atenção maior às potencialidades do telemóvel nas aprendizagens e ao que fazer com ele. Os recursos tecnológicos necessitam de competências como a criatividade, a interação social, etc. A tecnologia é um meio extraordinário, mas não um fim em si. Os processos de participação são o foco. Até porque os jovens migram rapidamente de meios tecnológicos.
- É sabido (estudos) que os pares são o recurso mais relevante para aprender, daí a importância de proporcionar situações de aprendizagem entre pares. É o caso do dispositivo de participação “líderes digitais”, da DGE, que aposta na relação entre os pares. Os jovens que manifestam interesse em ser líderes têm depois um papel junto dos pares. Formar crianças autónomas dá mais trabalho, mas elas aprendem tanto mais, quanto mais autonomia tiverem.
- Formação intensiva e sensibilização dos profissionais, sem a qual a voz das crianças vai continuar só no papel. Os documentos são importantes, mas as pessoas e as lideranças são fundamentais, tal como a formação inicial de professores e diretores.
- É importante levar os jovens a pensar o verde (sustentável) e o azul (digital) desde cedo, mas para que isso aconteça, não basta estar na lei, haverá que educar os diretores e os professores. Terá de haver alguma mudança no papel dos professores (serem *coachers*) para serem capazes de fazer com que os alunos pensem e tenham um papel ativo.
- Ter em consideração os exemplos de participação dos alunos na governação da escola que já existem, como é o caso da Escola da Ponte.

## 6. Considerações finais

Nesta secção reúnem-se algumas considerações sobre a voz das crianças e dos jovens na educação, que resultam de uma tentativa de agregar as perspetivas sobrevenientes do debate teórico, da investigação, das experiências e dos próprios atores, num retrato da situação atual, i.e., de como é vista e se manifesta atualmente a voz das crianças e dos jovens; mas também num retrato prospetivo, um vislumbre do futuro da voz das crianças e dos jovens.

Numa dialética entre o que é e o que poderia (ou deveria) ser a voz das crianças e dos jovens na educação, enuncia-se um conjunto de ideias distribuídas pelas dimensões seguintes: *Definição de voz*, *Direito à voz*, *Poder da voz*, *Aprender a usar a voz*, *Usar a voz para aprender*, *Tempo e espaço à voz*, *Vias (meios) da voz*. No final, estas convergem em seis considerações sobre o futuro da voz das crianças e dos jovens na educação.

### A voz [o que é a voz]

As significações de voz no discurso são variadas. A voz “é participação e envolvimento na decisão”, o que significa ser ouvido, ser auscultado, e significa receber informação sobre o impacto dessa participação na decisão. A voz também “é poder”, no sentido em que poder é ter oportunidade de expressar opinião; e no sentido em que proporciona o empoderamento de quem a usa, porque influencia, porque assume ou partilha poderes.

A voz também é aquilo que quer dizer, que quer veicular. Pode ser “contestação”, quando usada para expressar protestos ou reivindicar direitos; pode ser conhecimento e experiência, quando usada para aprender ou ensinar; pode ser emoção, enquanto manifestação dos sentimentos; ou pode ser posicionamento, enquanto revelação de uma ideologia, de uma crença.

A voz das crianças e dos jovens na educação é entendida no âmbito deste relatório como um direito inegável; direito que deve ser concedido e concretizado de forma consequente, i.e., de forma a ter impacto nas decisões. Além do mais, a voz das crianças e dos jovens serve para que estes se façam ouvir acerca de conteúdos variados.

### Direito à voz

O direito das crianças e dos jovens a terem voz está consagrado na lei, no entanto é necessário dar visibilidade aos direitos de que são titulares. O que atualmente é letra de lei, refletido internacionalmente, por exemplo, na *Convenção Internacional dos Direitos da Criança*, ou no quadro jurídico nacional, no direito dos menores a serem ouvidos em processos de guarda e responsabilidade parental, ainda não é prática corrente. Uma forma de dar visibilidade a esses direitos passa pelo robustecimento do esforço de divulgação dos mesmos – maior insistência e maior alcance.

A efetivação dos direitos das crianças e dos jovens a serem ouvidos carece ainda de uma credibilização das suas capacidades de intervenção. A idade não é decretada como obstáculo à participação, mesmo a das crianças mais pequenas, sendo aceite que estas são capazes de intervir, desde que lhes seja proporcionada a oportunidade de se expressarem nas suas múltiplas linguagens e que quem as ouve seja capaz de escutar e de acolher as diferentes formas da linguagem e da narrativa que as crianças e os jovens utilizam. Portanto, todos têm direito a ter voz, no entanto, ainda são necessárias estratégias de persuasão e de apoio aos

interlocutores para que estes estejam disponíveis e se sintam capazes de compreender e de valorizar as manifestações do discurso das crianças e dos jovens.

O direito das crianças e dos jovens à voz também está consagrado no âmbito da educação formal, seja no ensino superior, seja na educação não superior. É-lhes concedido através do assento em órgãos representativos com alegado reflexo na governação das instituições de educação e de ensino. É-lhes igualmente concedido através das finalidades curriculares e dos saberes essenciais verbalizados para a educação não superior, que incluem as competências da participação no perfil das crianças e dos jovens.

No ensino superior, contudo, os estudantes reivindicam alterações legislativas que reforcem a sua participação nos órgãos de decisão das instituições de ensino superior. Por um lado, têm em vista, alcançar uma maior intervenção na decisão e, por outro, dirimir as disparidades entre instituições de ensino superior no que respeita às oportunidades de participação outorgadas aos estudantes. Se a intervenção dos estudantes é realmente importante na governança do ensino superior, na perspectiva dos estudantes, uma forma de a valorizar, ou mesmo forçar, passa por considerá-la entre os indicadores de avaliação da qualidade das instituições de ensino superior.

Na educação não superior, subsistem algumas tensões que é importante dissolver para que a voz dos alunos tenha maior expressão: uma é a tensão entre a convenção que aponta direitos de participação das crianças e o formato da instituição escolar; a outra é a tensão entre as orientações mais gerais dos documentos curriculares, em que sobressai a intervenção do professor na conceção curricular, e as orientações mais específicas (sobre competências e didática) em que é relevado o desenvolvimento da capacidade de intervenção do aluno na sua aprendizagem.

### **Poder da voz**

O uso da voz, independentemente do conteúdo veiculado – ideia, experiência, sentimento ou posição – tem destinatário(s); tem subjacente a pretensão de ser escutado. Isso obriga, antes de mais, a uma distinção entre “dar a palavra” às crianças e aos jovens e “ter em consideração a sua palavra”. Em segundo lugar, implica uma horizontalização da relação adulto-criança no ato de falar e ouvir, da comunicação e dos seus efeitos.

Da primeira ideia resulta que, se o poder da voz assenta, em parte, na sua consequência é devido, em educação, dar voz às crianças e aos jovens de forma consequente. Por um lado, porque isso é importante para motivar mais participação. Senão, veja-se como os jovens, que são chamados a dar as suas opiniões, a comentar e a sugerir, mas depois não veem as suas propostas serem atendidas, acabam por achar que elas não têm interesse e que não vale a pena participar. Por outro lado, porque fomenta o exercício da cidadania, e de preferência precocemente, pois mesmo as crianças mais novas são cidadãos de pleno direito e capazes de perceber o impacto da sua voz.

Da segunda ideia sobressai a noção de que a voz, se ouvida, é uma forma de empoderamento das crianças e dos jovens; é um meio para a partilha de poderes. O que cria alguma tensão, pois os adultos tendem a ver a intervenção das crianças e dos jovens como uma cedência de poder e, por isso, limitam os seus espaços de intervenção. Mas pode também ser vista como uma forma de enriquecimento da governança das instituições de educação e de ensino, porque as aproxima das pessoas a quem se destinam, os alunos.

Do adulto espera-se que evidencie respeito pela capacidade intelectual dos jovens, mas também pelo seu bem-estar, um respeito individualizado e personalizado; espera-se que não caia numa atitude paternalista que minorize as intervenções das crianças e dos jovens, nem as suas capacidades de intervenção. Da criança e do jovem, espera-se que façam uso dos seus direitos e dos espaços de intervenção que lhes estão

consagrados, seja para representação dos seus interesses, seja para se apropriar do seu processo de educação e formação.

### Aprender a usar a voz

Aprende-se a usar a voz. Importa, por isso, criar espaços e oportunidades de intervenção para que as crianças e os jovens possam tentar e falhar, tentar e aprender a utilizar a sua voz, no âmbito da educação formal. A aprendizagem das competências necessárias à participação e à comunicação deve assim ser equiparada a outras aprendizagens essenciais que fazem parte do currículo dos ensinos básico e secundário.

As técnicas da argumentação, da organização do discurso, da comunicação podem ser aprendidas na escola, transversalmente às disciplinas, ou em atividades específicas. Admitindo que haverá disciplinas curriculares que pelo seu conteúdo são mais propícias ao uso do debate e da argumentação (exemplo da Filosofia), o seu papel deve ser revalorizado enquanto disciplinas instrumentais. A intervenção ao nível das disciplinas curriculares serviria para ajudar a estruturar o pensamento, mas também para ganhar à-vontade para exprimir opiniões para públicos mais alargados (participação cidadã). Outros espaços, como o da educação para a cidadania, ou das atividades complementares (teatro, clubes...) também podem ser aproveitados para desenvolver esta aprendizagem.

Aprender a usar a voz contribui para a valorização da mensagem que esta pretende transmitir. Para que as ideias e opiniões sejam ouvidas é importante utilizar a argumentação com propriedade, para sustentar com clareza as afirmações, e também com responsabilidade para ser capaz de ouvir e de se fazer ouvir, no respeito pelos outros.

Esta aprendizagem deve fazer-se desde criança, pelo que as oportunidades de participação proporcionadas no âmbito do ensino básico e do ensino secundário são essenciais para o seu desenvolvimento. Até porque há fases do desenvolvimento das crianças em que é mais fácil desenvolver a competência e o hábito da intervenção.

Os espaços de educação não formal são igualmente meios propícios à consciencialização das crianças e dos jovens sobre os seus direitos e deveres de intervenção e participação. Permitem a transmissão de conhecimentos e competências, o seu desenvolvimento e o desenvolvimento de atitudes responsáveis, constituindo-se como mais uma oportunidade de uso da voz no exercício da cidadania.

### Usar a voz para aprender

A voz como instrumento de aprendizagem é a voz das crianças e dos jovens enquanto atores do seu processo de aprendizagem. Podem utilizar a sua voz para perguntar, para expressar ideias, para intervir na escolha dos projetos de trabalho que dão suporte às aprendizagens, para se avaliarem face a objetivos negociados.

Usar a voz para aprender é também confiar que a voz é escutada, por exemplo, para pedir e dar apoio na identificação e na superação de dificuldades de aprendizagem (através de dinâmicas de *mentoria* entre pares; parcerias e tutorias) ou para resolver problemas relacionais ou de comportamento. O professor deve ouvir a voz dos alunos atendendo a cada um, e não apenas ao grupo como um todo – isto para ouvir as preocupações, o sentimento individual, para lhe dar espaço para fazer o seu percurso e ter voz na avaliação formativa.

No contexto atual, existem experiências de participação, tanto no ensino superior, como no não superior. Assentam em dispositivos de comunicação desenvolvidos em climas de escola favoráveis. São, no entanto, avulsas, sujeitas à variedade da competência dos docentes e fortemente condicionadas pela organização do

sistema escolar, em que dominam a relação de autoridade vertical, o fracionamento disciplinar do tempo, ou a pressão exercida pelo cumprimento de programas e pelas avaliações; tudo circunstâncias que não favorecem a criação de um espaço-tempo favorável à participação dos alunos.

A reconsideração do papel do professor – numa aula concebida como espaço de intervenção dos alunos, um espaço de debate, ao invés de um espaço de exposição – e o desenvolvimento de competências profissionais que permitam aos professores valorizar a participação dos alunos no seu percurso de aprendizagem constituem provavelmente uma via para a alteração da situação atual.

A outra via, no ensino não superior, poderá ser a de realçar no currículo o papel do aluno na aprendizagem, concertando, nos vários documentos curriculares, as orientações que dizem respeito à sua voz e à sua participação. Ou, introduzir disciplinas de opção desde o ensino básico para aproximar interesses e ofertas, na perspetiva de que o interesse das crianças e dos jovens, por determinado tema, facilita a participação.

### Tempo e Espaço para a voz

O tempo que de antemão é destinado à voz das crianças e dos jovens na organização da aula; o tempo comprimido pela pressão das avaliações externa e interna ou do cumprimento dos programas; o tempo da participação espontânea. Em qualquer situação, o tempo é um fator que tanto favorece como condiciona a participação e, conforme esta é vista como um elemento essencial à aprendizagem ou como um excesso “folclórico”, assim crescem ou decrescem os tempos para a voz.

Também os espaços têm influência na participação das crianças e dos jovens, a começar pelos espaços físicos. A disposição das pessoas nos espaços e a plasticidade dos espaços, por exemplo da sala de aula, podem ser fatores facilitadores da voz: por exemplo, se a disposição dos lugares numa sala permitir que todos se vejam, o contacto visual pode ajudar à comunicação; ou a transformação de um espaço numa arena performativa pode incentivar formas de manifestação não verbais da voz das crianças e dos jovens.

Os espaços dados à voz das crianças e dos jovens são, além da aula, os das estruturas de representação nos órgãos consultivos e os de projetos maioritariamente de participação cívica.

Estes espaços de participação coletiva, assentes essencialmente na representatividade, promovem a participação dos alunos que já têm maior apetência ou capacidade para o fazer, mas não serão suficientes para incentivar a generalização da participação das crianças e dos jovens.

### Vias (meios) da voz

Os incentivos à participação das crianças e dos jovens na educação podem ser mais eficazes se assentarem em mecanismos de proximidade e se mobilizarem meios com os quais os alunos estão familiarizados e se sentem seguros.

Por exemplo, no ensino superior, a proximidade pode consistir na dinamização de experiências de participação dos estudantes a nível micro – como as comissões de curso ou as mentorias – que seriam uma alavanca para a participação a nível macro, em órgãos como o conselho geral ou o conselho pedagógico da instituição de ensino superior.

Os meios digitais são um meio amigável, com o qual as crianças e os jovens têm empatia. Podem por isso facilitar a participação, através de ferramentas digitais (p. ex., *apps* para apresentação de propostas; e-voto). Uma aproximação entre a escola e o mundo dos jovens que pode ainda facilitar a interação do professor com vários grupos de alunos, que desenvolvem projetos diferentes, simultaneamente.

A tecnologia é um meio, mas não é um fim em si mesmo, quando se trata de incentivar a participação das crianças e dos jovens na educação. Os processos da participação é que devem ser o foco, até porque os jovens migram rapidamente de meios tecnológicos, enquanto as competências de participação são um património que pode acompanhá-los numa variedade de meios.

\*\*\*\*\*

Aceitando que é possível aprender a ter voz, importa destacar fatores que parecem coadjuvar essa aprendizagem: oportunidade precoce e a prática recorrente do uso da voz; desenvolvimento de competências de argumentação e comunicação; consagração de tempo da aula à intervenção do aluno; organização versátil do espaço.

No plano organizacional, trata-se de construir um clima de escola que convide as crianças e os jovens a expressarem a sua opinião, perspetivando-se, por exemplo, uma organização diversa do tempo e do espaço e a criação de dispositivos de comunicação e partilha, ou ainda, se se considerar que a intervenção dos estudantes decorre do seu interesse pelas matérias que têm de abordar, a oferta de atividades extracurriculares (clubes e outras) de modo a alargar o foco de interesse.

Assim sendo, e parecendo certo que a participação de crianças e jovens na educação depende da dinâmica criada pela escola, mas sobretudo da abordagem pedagógica de cada professor, importa equacionar condições e estratégias que possam favorecer a mudança, quer ao nível das organizações, quer a nível individual.

Esta perspetiva remete para a necessidade de reequacionar a formação inicial de professores, incluindo os do ensino superior, para que estes possam observar, experienciar e aprender a utilizar abordagens em que é dada voz aos alunos.

---

## Bibliografia

- Bird, W. & Rahfaldt, M. (2011). Children and the media: voices worth hearing? In L. Jamieson, R. Bray, A. Viviers, L. Lake, S. Pendlebury & C. Smith (Eds.), *South African child gauge 2010/2011*. Cidade do Cabo: Children's Institute, pp. 54-58.
- Branquinho, C. *et al.* (2017) Dream Teens – a “voz” dos jovens na discussão de problemas da sua geração. In *Revista Saúde e Desenvolvimento Humano*, v. 5, n. 3, pp.19-26. Canoas: UnilaSalle Editora. Disponível em <http://dx.doi.org/10.18316/sdh.v5i3.3565>
- Bron, J. & van der Laan, A. (2019). From Participation to Voice: Developing Student Voice in Dutch Education. Holcar Brunauer, A. (Ed.). *Student Voice in Education. CIDREE Yearbook 2019*. Ljubljana: National Education Institute Slovenia.
- Brooman, S., Darwent, S., & Pimor, A. (2015). The student voice in higher education curriculum design: is there value in listening? *Innovations in Education and Teaching International*, 52(6), pp. 663–674. <https://doi.org/10.1080/14703297.2014.910128>
- Campos-Ramos, P. & Barbato, S. (2014). Participação de crianças em pesquisas: Uma proposta considerando os avanços teórico-metodológicos. *Estudos de Psicologia*, 19(3), julho a setembro/2014, pp.157-238.
- Carriço Reis, B. (2009). *De la dictadura a la democracia: recuerdos y olvidos de la transición política española. Medios de comunicación y reconstrucción de la(s) memoria(s) colectiva(s) en España*. Dissertação de doutoramento, Pontificia Universidade Católica de São Paulo e Universidad Rey Juan Carlos de Madrid.
- CNE (2019). *Estado da Educação 2018*. Lisboa : Autor
- Corsaro, W. (2011). *Sociologia da infância*. São Paulo: Artmed.
- Cruz, S. H. V., & Martins, C. A. (2017). Políticas públicas e a voz das crianças. *Laplage em Revista*, 3(1), 29, pp.29-43. <https://doi.org/10.24115/s2446-6220201731241>
- Daly M., Ó Cadhain, C., O'Sullivan, G. & Emerson, N. (2019). Learner Voice in Irish Education – Towards a Common Approach In Holcar Brunauer, A. (Ed.). *Student Voice in Education. CIDREE Yearbook 2019*. Ljubljana: National Education Institute Slovenia.
- Daverne-Bailly, C.& Vari, J. (dir.) (2020). *La parole des enfants&nbsp;: enjeux épistémologiques, méthodologiques et éthiques. Recherches en éducation*, 39.  
URL: <http://journals.openedition.org/ree/281> ;DOI: <https://doi.org/10.4000/ree.281>
- De Ketele, J-M (2010). La pédagogie universitaire: un courant en plein développement. *Revue française de pédagogie*, 172, juillet-septembre, pp. 5-13.
- Draghici, C. & Garnier, P. (2020). Pratiques de la recherche avec les jeunes enfants : enjeux politiques et épistémologiques. *Recherches en éducation*, 39.  
Disponível em: <http://journals.openedition.org/ree/319>

- Gamlem, S. & Blikstad-Balas, M. (2019). Student Voice in Norway and the New Norwegian Curriculum. Holcar Brunauer, A. (Ed.). *Student Voice in Education. CIDREE Yearbook 2019*. Ljubljana: National Education Institute Slovenia.
- Giddens, A. (1994). *Modernidade e identidade pessoal*. Oeiras: Celta.
- Hart, Roger (1992). *Children's participation. From tokenism to citizenship*. Florence : UNICEF
- Holcar Brunauer, A. & Kregar, S. (2019). Student Voice and Formative Assessment. Holcar Brunauer, A. (Ed.). *Student Voice in Education. CIDREE Yearbook 2019*. Ljubljana: National Education Institute Slovenia.
- Kellner, D. (2001). *Cultura da mídia*. Bauru: EDUSC.
- Lalle, P. & Bonnafous, S. (2019). La pédagogie universitaire. La révolution pédagogique de l'enseignement supérieur, une universalité géographique et paradigmatique. *Revue internationale d'éducation de Sèvres*, n° 80, abril, pp.49-59.
- Lamy, C. (2019). Student Voice in Education. Holcar Brunauer, A. (Ed.). *Student Voice in Education. CIDREE Yearbook 2019*. Ljubljana: National Education Institute Slovenia.
- Larsson, K., Fernández, T. & Lundgren, E. (2019). Participation and Influence in the Classroom – Capacity Building for Teacher's Facilitation of Student Voice, Motivation and Learning in Sweden. Holcar Brunauer, A. (Ed.). *Student Voice in Education. CIDREE Yearbook 2019*. Ljubljana: National Education Institute Slovenia.
- Lerner, J.V.; Phelps, E., Forman, Y.E. & Bowers, E.P. (2009). *Positive youth development*. Wiley Online Library.
- Lorius, V. (2020). Justice scolaire pour les hérissons: la prise en compte de la parole des élèves au sein des conseils de discipline. *Recherches en éducation*, 39.  
Disponível em: <http://journals.openedition.org/ree/319>
- Matos, MG. et al.. (2015). *Dream Teens – Adolescentes autónomos, responsáveis e participantes*. In *Revista de Psicologia da Criança e do Adolescente*, pp. 47-58.
- Miliband, D. (2006). Choice and voice in Personalised learning. In OECD. *Schooling for Tomorrow Personalising Education*, pp. 21–30.  
<https://www.oecd.org/site/schoolingfortomorrowknowledgebase/themes/demand/41175554.pdf>
- Naletilić, M., Stojkić, M. & Vasilj, D. (2019). Student Voice Throughout Entrepreneurial Competence: How to be Entrepreneurial in School Systems in Bosnia and Herzegovina. Holcar Brunauer, A. (Ed.). *Student Voice in Education. CIDREE Yearbook 2019*. Ljubljana: National Education Institute Slovenia.
- Nepton, S. (2020). Faire bonne expression : prise de parole et formation de la pensée en philosophie pour enfants. *Recherches en éducation*, 39. Disponível em : <http://journals.openedition.org/ree/319>
- Nóvoa, A. (2004). A Educação Cívica de António Sérgio vista a partir da Escola da Ponte (ou vice-versa). in Canário et al (org.) *Escola da Ponte. Defender a escola pública*. Porto: ProfEdições, pp 37-43.

- OECD (2006). What do students say? In Demand-sensitive schooling? Evidence and issues OECD. pp. 103–128.
- Osório, M. & Shread, C. (2018). *School circles. Every voice matters*. Documentário : Vimeo
- Pacheco, J. (2004). Fazer a Ponte in Canário et al (org.) *Escola da Ponte. Defender a escola pública*. Porto: ProfEdições, pp 62-81.
- Pittman, K.J., Irby, M., Tolman, J., Yohalem, N., & Ferber, T. (Ed.). (2011). *Preventing problems, promoting development, encouraging engagement*. Washington, DC: Forum for Youth Investment.
- Pöld, P-K. & Kangro, M. (2019). Student' Involvement in Improving School Environment in Estonia. Holcar Brunauer, A. (Ed.). *Student Voice in Education. CIDREE Yearbook 2019*. Ljubljana: National Education Institute Slovenia.
- Potera, I., Shala, L. & Bytyqi-Beqiri, L. (2019). Addressing the Voice of Students in Official Documents and the Challenges of Implementation in School Practice in Kosovo. Holcar Brunauer, A. (Ed.). *Student Voice in Education. CIDREE Yearbook 2019*. Ljubljana: National Education Institute Slovenia.
- Rosado, C., & Campelo, M. (2011). Educação escolar: A vez e a voz das crianças. *Ensaio*, 19(71),pp. 401–424. <https://doi.org/10.1590/S0104-40362011000300010>
- Ruppín, V., Safadi-Katouzian, S. & Zaragori, A. (2019). How to Mobilize Visual Arts as a Form of Citizen Expression. Holcar Brunauer, A. (Ed.). *Student Voice in Education. CIDREE Yearbook 2019*. Ljubljana: National Education Institute Slovenia.
- Sérgio, A. (1915). *Educação Cívica*. Porto: Renascença Portuguesa.
- Szabó, M, Kákonyi, L. & Eőri, J. (2019). Does Student Voice Comply with the Centralised National Core Curriculum at the Classroom Level?. Holcar Brunauer, A. (Ed.). *Student Voice in Education. CIDREE Yearbook 2019*. Ljubljana: National Education Institute Slovenia.
- Thompson, J. (1995). *Ideologia e cultura moderna*. Petrópolis: Vozes.
- Thomson, P. (2011). Coming to terms with 'voice'. In Czerniawski, G., Kidd, W. (Eds.), *The student voice handbook: Bridging the academic/practitioner divide*. Bingley: Emerald Group.
- Tomé, V. et al. (2019). Exercício de cidadania ativa e participação através dos média: um projeto comunitário focado em crianças do Pré-escolar e 1º Ciclo In *Comunicação e Sociedade*, vol. 36, pp. 101-120. Disponível em [https://doi.org/10.17231/comsoc.36\(2019\).2347](https://doi.org/10.17231/comsoc.36(2019).2347)
- Torney-Purta, J. (2002). The school's role in developing civic engagement: a study of adolescents in twenty-eight countries. *Applied Developmental Science*, 6(4), pp.203-212. Disponível em [http://dx.doi.org/10.1207/S1532480XADS0604\\_7](http://dx.doi.org/10.1207/S1532480XADS0604_7)
- Toshalis, E., & Nakkula, M. J. (2012). Motivation, Engagement, and Student Voice (Full Resource). *Education Digest*, 78(1). <https://studentsatthecenterhub.org/wp-content/uploads/Motivation-Engagement-Student-Voice-Students-at-the-Center-1.pdf>

UNICEF (2017). *Guia para educadores e professores: Dia Universal dos Direitos da Criança*. Disponível em: [www.unicef.pt](http://www.unicef.pt)

United Nations Convention on the Rights of the Child (1989). Disponível em: [http://www.childhealthresearch.eu/Members/jkilroe/report-on-the-roadmaps-for-the-future-of-european-child-health-research/at\\_download/file](http://www.childhealthresearch.eu/Members/jkilroe/report-on-the-roadmaps-for-the-future-of-european-child-health-research/at_download/file)

Vincent, G. (2008). La socialisation démocratique contre la forme scolaire. *Éducation et francophonie*. Volume 36, nº 2, outono 2008, pp. 47-62.

Watson, J. & Morgan, N. (2019). Learner Voice to Learner Participation – Scotland's Journey. Holcar Brunauer, A. (Ed.). *Student Voice in Education. CIDREE Yearbook 2019*. Ljubljana: National Education Institute Slovenia.

### Sítios consultados

**Câmara Municipal de Cascais:** <https://www.cascais.pt/voz-dos-jovens>

**Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão:** <https://www.vilanovadefamalicao.pt/dar-voz-aos-jovens-para-promover-a-cidadania>

**Conselho Nacional de Crianças e Jovens (CNCJ):** <https://www.cnpdpcj.gov.pt/conselho-nacional-criancas-e-jovens>

**Escola 42 :** <https://www.42lisboa.com/>

### Ordem dos Advogados

<https://portal.oa.pt/media/127743/parecer-29pp-rui-alves-pereira.pdf>

### Parlamento Europeu dos Jovens (PEJ/EYP):

[https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/DSPE/Clubes\\_Europeus/dossierescolasnsc.pdf](https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/DSPE/Clubes_Europeus/dossierescolasnsc.pdf)

### Programa Parlamento dos Jovens:

[https://jovens.parlamento.pt/2019\\_2020/docs/Apresentacao\\_programa\\_site\\_2019\\_2020.pdf](https://jovens.parlamento.pt/2019_2020/docs/Apresentacao_programa_site_2019_2020.pdf)

### Projeto Observar e Aprender da Universidade de Lisboa:

<https://sites.google.com/site/observareaprender/home>

## Anexo 1. Referências à voz dos alunos nas Aprendizagens Essenciais

### Teatro/expressão dramática – 1º ciclo

Interpretação e Comunicação; Organizadores das aprendizagens essenciais

Interpretação e Comunicação – Incentiva-se, a partir da experiência pessoal de cada um, a apreciação estética e artística, através dos processos de observação, descrição, discriminação, análise, síntese e juízo crítico (opiniões com critérios fundamentados), captando a especificidade contida na linguagem e construção dramáticas.

### Português – 4º ano

... desenvolvendo capacidades discursivas como elaborar narrativas, descrições, opiniões, pedidos, num processo de desenvolvimento e consolidação da competência comunicativa...

### Português – 5º ano

competência da escrita que inclua obrigatoriamente saber escrever para transmitir conhecimento (resumos, sínteses, textos elaborados para exposição de conhecimentos e ideias), para defender uma opinião fundamentada, para narrar;

Produzir textos de opinião com juízos de valor sobre situações vividas e sobre leituras feitas.

### Português – 9º ano

... competência da escrita que inclua obrigatoriamente saber escrever comentários, textos de opinião e críticas, e elaborar resumos (para finalidades diversificadas)

Fazer exposições orais para apresentação de temas, ideias, opiniões e apreciações críticas.

Intervir em debates com sistematização de informação e contributos pertinentes

Argumentar para defender e/ou refutar posições, conclusões ou propostas, em situações de debate de diversos pontos de vista.

Estabelecer contacto visual e ampliar o efeito do discurso através de elementos verbais e não-verbais.

Compreensão: Analisar a organização de um texto oral tendo em conta o género (diálogo argumentativo, exposição e debate) e o objetivo comunicativo. Avaliar argumentos quanto à validade, à força argumentativa e à adequação aos objetivos comunicativos.

### Filosofia – 10º ano

O discurso argumentativo e principais tipos de argumentos e falácias informais...

Elaboração, em pares ou grupos de texto argumentativo sólido sobre temas relevantes no quotidiano, usando as formas proposicionais e as formas válidas de argumentos formais estudados (eventualmente em articulação com a disciplina de Matemática e/ou a área de Cidadania e Desenvolvimento).

## Anexo 2. Dispositivos de participação dos alunos da Escola da Ponte

Dispositivo	Descrição
<b>Responsabilidades</b>	De forma a resolver os problemas do dia a dia e a melhorar o funcionamento da escola, são criados grupos de alunos que desempenham determinadas tarefas. As responsabilidades são atribuídas no início do ano, tendo em conta as inscrições prévias de alunos e de professores (em três, hierarquizando prioridades).
<b>Assembleia</b>	Momento de trabalho coletivo, todas as sextas-feiras, que envolve todos os alunos da escola. A convocatória estabelece os assuntos a tratar. No final, é elaborada uma ata. Todos estes procedimentos são organizados e realizados pela mesa da assembleia.
<b>Direitos e deveres</b>	A listagem dos Direitos e Deveres é aprovada em Assembleia, no início de cada ano letivo, constituindo-se como um código de conduta para todos os elementos da comunidade educativa.
<b>Pedir a palavra</b>	Sempre que uma pessoa, dentro do espaço de trabalho, pretende falar com o grande grupo ou intervir num debate, levanta o braço para pedir a palavra.
<b>Acho Bem/Acho Mal</b>	Os alunos expressam a sua opinião sobre o que está bem e mal dentro da Escola. A Comissão de Ajuda analisa e leva à consideração da Assembleia.
<b>Caixinha dos segredos</b>	Quando um aluno pretende conversar ou comunicar “em segredo” com algum elemento da comunidade educativa, coloca uma mensagem na caixinha.
<b>Comissão de ajuda</b>	Mecanismo de autorregulação e de autorresponsabilização coletiva. É constituída por seis alunos. Três são escolhidos pelos elementos da Mesa da Assembleia e três pelo Conselho de Projeto. Tem também representação de todos os núcleos, dois alunos por cada núcleo. A Comissão de Ajuda faz parte integrante da responsabilidade da Mesa da Assembleia. A Comissão de Ajuda procura resolver situações a partir dos dispositivos “Caixinha dos segredos” e “Acho mal”, mas também da observação de comportamentos e atitudes. Reúne semanalmente e tenta resolver as situações apresentadas, sem recorrer a outras instâncias da escola que só intervêm caso não o consigam fazer no seu seio.
<b>Pedaço de mim</b>	Sempre que alguém pretende partilhar algo de muito importante para si, fá-lo usando este dispositivo, através de um mural, da Assembleia de Escola, etc...
<b>Plano da quinzena/Plano do dia</b>	Individualmente, de 15 em 15 dias e com o professor tutor, os alunos traçam o que pretendem aprender (Plano da Quinzena). Estas planificações são negociadas com os orientadores das diferentes valências curriculares, com o professor tutor e com os pais, estabelecendo-se, assim, um compromisso educativo. O plano da quinzena integra tarefas individuais e coletivas. Semanalmente, há uma monitorização e acompanhamento pelo tutor. No início de cada dia, cada aluno define o seu Plano do dia que consiste num registo de intenções sobre o que quer aprender durante o dia, tendo em conta o plano da quinzena. No final da quinzena e do dia, o aluno faz um balanço do desenvolvimento do plano com o tutor.
<b>Planificação do Projeto</b>	O projeto é uma forma de os alunos darem resposta aos seus problemas/dúvidas. Cada projeto realizado pelos alunos é planificado tendo em conta, entre outros fatores, o que os alunos pretendem fazer, o que já conhecem, o que precisam/querem conhecer, os recursos que possuem ou pretendem possuir, quem os pode ajudar e a forma de avaliação do mesmo.
<b>Aula direta / Preciso de ajuda / Posso ajudar em...</b>	Quando um aluno sente dificuldade e já recorreu a todas as possibilidades de ajuda (pares, grupos), inscreve-se no “preciso de ajuda” para participar em aulas diretas, preparadas por um professor. A aula direta é aberta a todos os que manifestam interesse em usufruir desta ajuda. Por outro lado, quando um determinado aluno sente que tem um conhecimento aprofundado sobre determinado assunto e que pode ajudar os pares, inscreve-se no “Posso ajudar em...”.
<b>Eu já sei</b>	Cada aluno propõe ser avaliado. Este é um momento que requer uma atitude de responsabilidade perante si e perante os outros. Posteriormente, um orientador educativo efetua uma avaliação junto do aluno, registando-a no seu processo individual.

Fonte: Adaptado de [http://www.escoladaponte.pt/novo/wp-content/uploads/2016/11/Dispositivos\\_descri%C3%A7%C3%A3o...pdf](http://www.escoladaponte.pt/novo/wp-content/uploads/2016/11/Dispositivos_descri%C3%A7%C3%A3o...pdf) (Estado da Educação 2018)

### Anexo 3. Enquadramento legislativo da participação das crianças e dos jovens na educação

Identificação de referências à participação, capacidade de expressão e comunicação e representatividade na **Lei de Bases do Sistema Educativo** (Lei nº 46/86, de 14 de outubro)

#### **Artigo 2º - Princípios gerais**

5 - A educação promove o desenvolvimento do espírito democrático e pluralista, respeitador dos outros e das suas ideias, aberto ao diálogo e à livre troca de opiniões, formando cidadãos capazes de julgarem com espírito crítico e criativo o meio social em que se integram e de se empenharem na sua transformação progressiva.

#### **Artigo 5º - Educação pré-escolar**

1- c) Favorecer a observação e a compreensão do meio natural e humano para melhor integração e participação da criança;

1- f) Desenvolver as capacidades de expressão e comunicação da criança, assim como a imaginação criativa, e estimular a actividade lúdica;

#### **Artigo 11º - Ensino Superior – âmbito e objetivos**

2 -i) Promover o espírito crítico e a liberdade de expressão e de investigação.

Artigo 26º - Educação extra-escolas

3- c) Favorecer atitudes de solidariedade social e de participação na vida da comunidade;

#### **Artigo 46º - Princípios gerais de administração do sistema educativo**

2 - O sistema educativo deve ser dotado de estruturas administrativas de âmbito nacional, regional autónomo, regional e local, que assegurem a sua interligação com a comunidade mediante adequados graus de participação dos professores, dos alunos, das famílias, das autarquias, de entidades representativas das actividades sociais, económicas e culturais e ainda de instituições de carácter científico.

#### **Artigo 48º - Administração e gestão dos estabelecimentos de educação e ensino**

4 - A direcção de cada estabelecimento ou grupo de estabelecimentos dos ensinos básico e secundário é assegurada por órgãos próprios, para os quais são democraticamente eleitos os representantes de professores, alunos e pessoal não docente, e apoiada por órgãos consultivos e por serviços especializados, num e noutro caso segundo modalidades a regulamentar para cada nível de ensino.

5 - A participação dos alunos nos órgãos referidos no número anterior circunscreve-se ao ensino secundário.

#### **Artigo 51º - Ocupação dos tempos livres e desporto escolar**

4 - As actividades de ocupação dos tempos livres devem valorizar a participação e o envolvimento das crianças e dos jovens na sua organização, desenvolvimento e avaliação.

no **Estatuto do Aluno e Ética Escolar** (Decreto-Lei nº 51/2012, de 5 de setembro)

#### **Artigo 7º - Direitos do aluno**

1-m) Participar, através dos seus representantes, nos termos da lei, nos órgãos de administração e gestão da escola, na criação e execução do respetivo projeto educativo, bem como na elaboração do regulamento interno;

1-n) Eleger os seus representantes para os órgãos, cargos e demais funções de representação no âmbito da escola, bem como ser eleito, nos termos da lei e do regulamento interno da escola;

1-p) Organizar e participar em iniciativas que promovam a formação e ocupação de tempos livres;

1-s) Participar no processo de avaliação, através de mecanismos de auto e heteroavaliação;

#### **Artigo 8º - Representação dos alunos**

1 - Os alunos podem reunir-se em assembleia de alunos ou assembleia geral de alunos e são representados pela associação de estudantes, pelos seus representantes nos órgãos de direção da escola, pelo delegado ou subdelegado de turma e pela assembleia de delegados de turma, nos termos da lei e do regulamento interno da escola.

2 - A associação de estudantes e os representantes dos alunos nos órgãos de direção da escola têm o direito de solicitar ao diretor a realização de reuniões para apreciação de matérias relacionadas com o funcionamento da escola.

#### **Artigo 10º - Deveres do aluno**

n) Participar na eleição dos seus representantes e prestar-lhes toda a colaboração.

No **Regime de autonomia e gestão dos estabelecimentos públicos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário** (Decreto-Lei nº 137/2012, de 2 de julho)

#### **Artigo 3º - Princípios gerais**

c) Assegurar a participação de todos os intervenientes no processo educativo, nomeadamente dos professores, dos alunos, das famílias, das autarquias e de entidades representativas das actividades e instituições económicas, sociais, culturais e científicas, tendo em conta as características específicas dos vários níveis e tipologias de educação e de ensino;

#### **Artigo 12º - Composição do Conselho Geral**

2 - Na composição do conselho geral tem de estar salvaguardada a participação de representantes do pessoal docente não docente, dos pais e encarregados de educação, dos alunos, do município e da comunidade local.

6 - A representação dos discentes é assegurada por alunos maiores de 16 anos de idade.

#### **Artigo 14º - Designação de representantes no Conselho Geral**

2 - Os representantes dos alunos e do pessoal não docente são eleitos separadamente pelos respetivos corpos, nos termos definidos no regulamento interno.

#### **Artigo 34º - Funcionamento do Conselho Pedagógico**

2 - Nas reuniões plenárias ou de comissões especializadas, designadamente quando a ordem de trabalhos verse sobre as matérias previstas nas alíneas a), b), e), f) j), e k) do artigo anterior, podem participar, sem direito a voto, a convite do presidente do conselho pedagógico, representantes do pessoal não docente, dos pais e encarregados de educação e dos alunos.

#### **Artigo 47º - Participação dos pais e alunos, Princípio geral**

Aos pais e encarregados de educação e aos alunos é reconhecido o direito de participação na vida do agrupamento de escolas ou escola não agrupada.

#### **Artigo 48º - Representação**

2 - O direito à participação dos alunos na vida do agrupamento de escolas ou escola não agrupada processa-se de acordo com o disposto na Lei de Bases do Sistema Educativo e concretiza-se, para além do disposto no presente decreto-lei e demais legislação aplicável, designadamente através dos delegados de turma, do conselho de delegados de turma e das assembleias de alunos, em termos a definir no regulamento interno.

#### **Artigo 43º - Articulação e gestão curricular**

1 - A articulação e gestão curricular devem promover a cooperação entre os docentes do agrupamento de escolas ou escola não agrupada, procurando adequar o currículo às necessidades específicas dos alunos

No [Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior \(RJIES\)](#) – (Lei nº 62/2007, de 10 de setembro)

#### **Artigo 25º - Provedor do estudante**

Em cada instituição de ensino superior existe, nos termos fixados pelos seus estatutos, um provedor do estudante, cuja acção se desenvolve em articulação com as associações de estudantes e com os órgãos e serviços da instituição, designadamente com os conselhos pedagógicos, bem como com as suas unidades orgânicas.

#### **Artigo 81º - Composição do conselho geral**

2 — São membros do conselho geral:

- a) Representantes dos professores e investigadores;
- b) Representantes dos estudantes;
- c) Personalidades externas de reconhecido mérito, não pertencentes à instituição, com conhecimentos e experiência relevantes para esta.

#### **Artigo 94º - Composição do conselho de gestão**

2 — Podem ser convocados para participar, sem direito a voto, nas reuniões do conselho de gestão os directores ou presidentes das unidades orgânicas, os responsáveis pelos serviços da instituição e representantes dos estudantes e do pessoal não docente e não investigador.

#### **Artigo 104º - Conselho pedagógico**

1 — O conselho pedagógico é constituído por igual número de representantes do corpo docente e dos estudantes da instituição ou da escola, eleitos nos termos estabelecidos nos estatutos e em regulamento.

### **Artigo 140º - Estatutos e regulamentos**

2 — Os estatutos devem contemplar a participação de docentes e estudantes na gestão dos estabelecimentos de ensino, designadamente dos docentes nos aspectos científicos e pedagógicos e dos estudantes nos aspectos pedagógicos

### **Artigo nº 146º - Participação de docentes e discentes**

1 — A participação de docentes e estudantes na gestão académica dos estabelecimentos de ensino superior privados deve ser assegurada através da representação dos docentes nos conselhos científico ou técnico-científico e pedagógico e dos estudantes no conselho pedagógico.

---



Rua Florbela Espanca / 1700-195 LISBOA

Contacto (+351) 217 935 245

---